



PROJECTO ECOBIKE TRAIL NA SERRA DA ESTRELA

O turismo alternativo na redução da sazonalidade

Dissertação de Mestrado em Turismo,
Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura

Orientador:

Professor Doutor Luís Boavida-Portugal

Co-orientador:

Mestre Francisco Silva

Elsa Maria da Conceição Correia Gavinho

Junho de 2010

ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL

PROJECTO ECOBIKE TRAIL NA SERRA DA ESTRELA

O turismo alternativo na redução da sazonalidade

Elsa Maria da Conceição Correia Gavinho

Orientador:

Professor Doutor Luís Boavida-Portugal

Co-orientador:

Mestre Francisco Silva

Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril
para obtenção do grau de Mestre em Turismo,
Especialização em Planeamento e Gestão em Turismo de Natureza e Aventura

Junho de 2010

À minha filha Joana,

Que o empenho e entusiasmo que dediquei a este trabalho te possa servir de estímulo a nunca desistires dos teus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Nesta fase final da minha dissertação de mestrado, muito embora se trate de um trabalho que pelo seu cariz académico é individual, não posso deixar de agradecer a um conjunto de pessoas que de forma directa ou indirecta deram o seu contributo para que chegasse a esta etapa da minha vida académica.

Como muitos outros que já se viram nesta situação, também acho esta uma tarefa difícil pois facilmente cometemos injustiças por inconscientemente não mencionarmos alguma entidade ou pessoa que tenha contribuído para este trabalho, no entanto, eis-me tentando fazê-lo da melhor forma, sem nunca esquecer que para tudo o que conquistamos na vida precisamos sempre de outras pessoas, nem que seja pelo simples facto de que não existimos sozinhos. Assim, tentando não esquecer ninguém, desejo expressar os meus mais sinceros agradecimentos:

Ao Professor Doutor Luís Boavida-Portugal pela forma como orientou esta dissertação, pela sua disponibilidade e palavras de incentivo e motivação;

Ao Mestre Francisco Silva pela sua excelente co-orientação, pela sua disponibilidade e pelas observações sempre pertinentes que ajudaram a fazer deste um melhor trabalho;

À Câmara Municipal de Manteigas pela disponibilização do Plano Estratégico de Desenvolvimento Integrado do Turismo na Serra da Estrela (PETUR);

Aos vários colegas que tiveram parte neste processo, desde o desafio para me inscrever neste mestrado, à constante motivação para assistir às aulas e até aos desabafos sobre o decorrer da elaboração da dissertação;

Aos amigos pelas diversas opiniões e ideias sempre válidas para o enriquecimento deste trabalho e de variadas perspectivas e pelas várias palavras de encorajamento;

Ao meu marido António, pelas suas opiniões e sugestões principalmente no trabalho no terreno e na definição dos percursos, companheiro nas minhas aventuras e que entrou nesta sem sequer perceber;

À minha filha Joaquina pela sua ternura e constantes tentativas de me ajudar apesar da falta de atenção exigida e da minha ausência;

Aos meus sogros pelo seu apoio constante e pela disponibilidade em ficarem com a Joaquina permitindo-me mais tempo livre para a elaboração desta dissertação;

De uma forma geral à minha família, pelo tempo que me cederam (ou que lhes roubei) para que

fosse possível realizar esta dissertação.

E porque em tudo na vida devemos colocar um pouco de poesia:

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,
Muda-se o ser, muda-se a confiança;
Todo o mundo é composto de mudança,
Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,
Diferentes em tudo da esperança;
Do mal ficam as mágoas na lembrança,
E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,
Que já coberto foi de neve fria,
E em mim converte em choro o doce canto.

E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.

Luís de Camões

PROJECTO ECOBIKE TRAIL NA SERRA DA ESTRELA

O turismo alternativo na redução da sazonalidade

RESUMO

Com esta dissertação pretende-se desenvolver uma proposta para um projecto (EcoBike Trail Serra da Estrela) destinado à prática de turismo na natureza, especificamente para a BTT, na região da Serra da Estrela.

Por se tratar de um território com elevada potencialidade para este tipo de turismo, pretende-se estudar a possibilidade do turismo alternativo ajudar a dinamizar a actividade turística da região, contribuindo para a redução da sazonalidade na mesma. Esta é uma forma significativa de ajudar a potenciar o crescimento do turismo na região da Serra da Estrela por se ampliar e diversificar a oferta de produtos turísticos especialmente na componente de produtos de turismo na natureza.

Com este trabalho pretende-se dar a conhecer uma nova dimensão da região através da possibilidade de se realizar um itinerário em BTT (mas também com potencialidades para outro tipo de actividades na natureza) passando por zonas habitadas e paisagens de montanha, aproveitando ao mesmo tempo as infra-estruturas turísticas, trilhos e caminhos já existentes. Este trabalho assenta nas várias potencialidades da região e está direccionado para o turismo alternativo. Pelo facto de pretender integrar várias entidades de forma sustentada, representa certamente uma mais valia para o futuro deste destino turístico.

ECOBIKE TRAIL PROJECT IN SERRA DA ESTRELA

Alternative tourism in reducing seasonality

ABSTRACT

This dissertation is about developing a proposal for a project (EcoBike Trail Serra da Estrela), for the practice of nature tourism, specifically for mountain biking in Serra da Estrela region.

Since this is a highly potential area for this type of tourism, we intend to study the possibility of alternative tourism thus boosting tourist activity in the region, contributing to reduce seasonality in it. This is a meaningful way to give strength for the growing of tourism in the Serra da Estrela region, expanding and diversifying the offer of tourism products, specifically nature tourism products.

This work intends to reveal a new dimension in the region through the possibility of holding a mountain bike route (as well as other potential activities in nature) through populated areas and mountain landscapes, while simultaneously using the existent tourist infrastructures, i.e. trails and paths. The basis of the proposal lies on the varied potential of the region and is focused on alternative tourism. Because the idea is to integrate several entities in a sustained manner, it is certainly an asset for the future of this tourist destination.

PALAVRAS-CHAVE

Bicicleta todo-o-terreno (BTT)

Planeamento Turístico

Serra da Estrela

Turismo alternativo

Turismo na natureza

KEYWORDS

Mountain Bike (MTB)

Tourism Planning

Serra da Estrela

Alternative tourism

Nature tourism

ACRÓNIMOS

3D	Três dimensões
ADRUSE	Associação de Desenvolvimento Rural da Serra da Estrela
ADXTUR	Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto
BC	British Columbia
BTT	Bicicleta todo-o-terreno
CCDRRC	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.
CISE	Centro de Interpretação da Serra da Estrela
CST	Conta Satélite do Turismo
CTP	Confederação do Turismo Português
DL	Decreto-Lei
DPH	Domínio Público Hídrico
DR	Decreto Regulamentar
EAT	Empresa de Animação Turística
EBTSE	EcoBike Trail Serra da Estrela
ENATUR	Empresa Nacional de Turismo
ERT	Entidade Regional de Turismo
EUA	Estados Unidos da América
FCS	Factores Críticos de Sucesso
GPS	Global Positioning System
GR	Grande Rota
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade
IgeoE	Instituto Geográfico do Exército
IMBA	International Mountain Bicycling Association
IMPACTUR	Indicadores de Monitorização e Previsão da Actividade Turística
INE	Instituto Nacional de Estatística
IUOTO	International Union of Official Travel Organizations
MBTA	Mountain Bike Tourism Association
MEI	Ministério da Economia e da Inovação
MIDE	Método para la Información de Excursiones
MIB	Modelo de Informação para BTT
MT	Operador Marítimo-Turístico
MTB	Mountain Bike
NUT	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos
OMT	Organização Mundial do Turismo

ONU	Organização das Nações Unidas
PENT	Plano Estratégico Nacional do Turismo
PETUR	Plano Estratégico para o desenvolvimento do Turismo na Serra da Estrela
PIB	Produto Interno Bruto
PNSE	Parque Natural da Serra da Estrela
PNTN	Programa Nacional do Turismo de Natureza
RAN	Reserva Agrícola Nacional
RCM	Resolução de Conselho de Ministros
REN	Reserva Ecológica Nacional
RFCN	Rede Fundamental de Conservação da Natureza
RNAAT	Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
SaeR	Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco
SE	Serra da Estrela
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SNAC	Sistema Nacional de Áreas Classificadas
SRTT	Secretaria Regional do Turismo e Transportes
SRV-SE	Sistema de Realidade Virtual da Serra da Estrela
SWOT	Strengths, Weaknesses, Opportunities, Threats
TOWS	Threats, Opportunities, Weaknesses, Strengths
TP	Turismo de Portugal
UE	União Europeia
UNESCO	United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VTT	Vélo Tout Terrain
WTO	World Tourism Organization
WTTC	World Travel and Tourism Council

ÍNDICE DO TEXTO

AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO.....	v
ABSTRACT.....	vi
PALAVRAS-CHAVE / KEYWORDS	vii
ACRÓNIMOS	viii
ÍNDICE DO TEXTO	x
ÍNDICE DE TABELAS	xii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	xiii
1 INTRODUÇÃO.....	1
1.1 ENQUADRAMENTO	1
1.2 OBJECTIVOS	2
1.3 PREMISSAS	3
1.4 METODOLOGIA.....	3
1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO.....	4
2 TURISMO ALTERNATIVO.....	6
2.1 INTRODUÇÃO.....	6
2.2 O SECTOR DO TURISMO	6
2.2.1 <i>Turismo – um conceito com fronteiras difíceis de definir.....</i>	<i>6</i>
2.2.2 <i>O Turismo na economia mundial.....</i>	<i>9</i>
2.2.3 <i>O Turismo na economia de Portugal.....</i>	<i>10</i>
2.3 TURISMO ALTERNATIVO E NA NATUREZA.....	12
2.3.1 <i>Alternativa ao turismo de massas</i>	<i>12</i>
2.3.2 <i>Turismo na natureza.....</i>	<i>14</i>
2.3.3 <i>O turismo nas regiões de montanha.....</i>	<i>17</i>
2.3.4 <i>Potencialidades para o turismo na natureza e de montanha em Portugal.....</i>	<i>19</i>
2.4 SÍNTESE	22
3 A BTT COMO ACTIVIDADE TURÍSTICA.....	23
3.1 INTRODUÇÃO.....	23
3.2 BTT: ACTIVIDADE DESPORTIVA E TURÍSTICA	23
3.3 O SECTOR DA ANIMAÇÃO TURÍSTICA	26
3.4 BTT E NATUREZA.....	30
3.5 CASOS DE ESTUDO: BTT COMO ÂNCORA DE DESTINOS TURÍSTICOS	31
3.6 BTT EM NÚMEROS	39
3.7 SÍNTESE	41

4 O TERRITÓRIO: SERRA DA ESTRELA	42
4.1 INTRODUÇÃO.....	42
4.2 JUSTIFICAÇÃO DA SELECÇÃO DO TERRITÓRIO	42
4.3 O TERRITÓRIO	43
4.4 CARACTERIZAÇÃO GEOGRÁFICA	45
4.5 POTENCIALIDADES E RECURSOS TURÍSTICOS.....	49
4.5.1 <i>Potencialidades do território</i>	49
4.5.2 <i>Oferta turística</i>	51
4.6 A ACTIVIDADE TURÍSTICA NA SE.....	52
4.7 AGENTES MAIS RELEVANTES NO TERRITÓRIO	55
4.8 ANÁLISE SWOT	60
4.9 SÍNTESE	63
5 PROJECTO ECOBIKE TRAIL NA SERRA DA ESTRELA.....	64
5.1 INTRODUÇÃO.....	64
5.2 ECOBIKE TRAIL NA SERRA DA ESTRELA.....	64
5.2.1 <i>Porquê a BTT na Serra da Estrela</i>	64
5.2.2 <i>Formulação da Estratégia</i>	67
5.2.3 <i>A implementação: O necessário para obter um produto exequível e sustentável</i>	74
5.2.3.1 Definir rede de cooperação	76
5.2.3.2 Os percursos.....	77
5.2.3.3 Definindo o produto.....	81
5.2.3.4 Nos “bastidores” dos percursos	86
5.2.3.5 Divulgação e Promoção	92
5.2.3.6 Ferramentas para a Gestão	93
5.3 SÍNTESE	95
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS E PERSPECTIVAS FUTURAS	96
6.1 ANÁLISE CRÍTICA SOBRE PRESSUPOSTOS FORMULADOS	96
6.2 LIMITAÇÕES E PERSPECTIVAS FUTURAS	98
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	102
ANEXOS.....	108
ANEXO 1 – FICHA DE INFORMAÇÃO DA ETAPA Nº4 DO ECOBIKE TRAIL SERRA DA ESTRELA. ...	109

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Estrutura da dissertação	4
Figura 2 – Mapa do Canadá (Fonte: Lonelyplanet, 2009a)	33
Figura 3 – Mapa de Montenegro (Fonte: Lonelyplanet, 2009b).....	34
Figura 4 – Mapa do País de Gales (Fonte: Lonelyplanet, 2009c).....	37
Figura 5 – Localização da NUT “Serra da Estrela” (Fonte: CCDRC, 2005).....	44
Figura 6 – Mapa do PNSE (Fonte: ICNB, 2005b).....	45
Figura 7 – Análise SWOT – Território Serra da Estrela.....	61
Figura 8 – Elementos base do processo de Gestão Estratégica aplicados ao EBTSE (Wheelen & Hunger, 2000).	67
Figura 9 – Missão e visão associados ao EBT Serra da Estrela.....	69
Figura 10 – Processo <i>top-down</i> do EBTSE Serra da Estrela.	70
Figura 11 – Análise TOWS do EcoBike Trail Serra da Estrela.....	72
Figura 12 – Três Estratégias Genéricas (Porter, 1986).	73
Figura 13 – Modelo de desenvolvimento do projecto EcoBike Trail Serra da Estrela.....	75
Figura 14 - Esquema organizacional das entidades envolvidas no EBTSE.....	76
Figura 15 – Região abrangente do EcoBike Trail Serra da Estrela.	78
Figura 16 – Ficha de levantamento de percursos do EBTSE.....	80
Figura 17 – Proposta para percurso do EcoBike Trail Serra da Estrela.....	82
Figura 18 – Perfil altimétrico da etapa 1 do EBTSE – Belmonte / Sabugal.....	83
Figura 19 – Perfil altimétrico da etapa 2 do EBTSE –Sabugal / Guarda.....	84
Figura 20 – Perfil altimétrico da etapa 3 do EBTSE – Guarda / Gouveia.	84
Figura 21 – Perfil altimétrico da etapa 4 do EBTSE – Gouveia / Penhas da Saúde.	84
Figura 22 – Perfil altimétrico da etapa 5 do EBTSE – Penhas da Saúde / Belmonte.....	84

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 – Empresas de Animação Turística por distrito (Fonte: TP em 15 Julho 2008)	27
Tabela 2 - O mercado das bicicletas em Portugal (Fonte: Bike-Europe, 2009).....	39
Tabela 3 – Municípios do pólo de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela	44
Tabela 4 – Predominância dos recursos turísticos por concelho (Fonte: PETUR, 2006).....	50
Tabela 5 – Indicadores de oferta turística e posicionamento da Serra da Estrela, elaborado a partir de dados do INE, 2002 (Fonte: Vaz & Dinis, 2007).....	54
Tabela 6 – Indicadores de procura turística e posicionamento da Serra da Estrela, elaborado a partir de dados do INE, 2002 (Fonte: Vaz & Dinis, 2007).....	55
Tabela 7 – Principais benefícios do turismo na natureza na economia, ambiente e a nível social...65	
Tabela 8 – Características das etapas do EBTSE conforme circuito proposto.	83
Tabela 9 – Tabela resumo da informação de valoração do MIB.	91

1 INTRODUÇÃO

1.1 Enquadramento

No início do século XXI o turismo apresenta-se como uma das maiores e mais dinâmicas indústrias do planeta e apesar da crise económica mundial verificada nos anos de 2008 e 2009, deverá manter uma taxa de crescimento positiva até 2020 cumprindo as estimativas de longo-prazo da OMT - Organização Mundial do Turismo (WTO, 2009b).

Em 2009 o turismo contribuiu para cerca de 9,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi responsável por gerar aproximadamente 8,2% do emprego no mundo (WTTC, 2010). Em Portugal o turismo é um sector em que “temos vantagens competitivas claras” (MEI, 2006, p. 3) sendo já um dos principais sectores da economia com uma importância verdadeiramente estratégica, devido à sua excelente capacidade em criar riqueza e emprego.

Para assegurar o crescimento da procura de Portugal como destino turístico é importante garantir diversificação e qualidade na oferta. Esta preocupação está bem patente no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), realçando especificamente áreas de actuação para um melhor futuro e maior crescimento deste sector.

Paralelamente, o segmento de turismo na natureza é um dos que apresenta maior previsão de crescimento a nível mundial (WTO, 2001), oferecendo uma hipótese de desenvolvimento deste tipo de turismo alternativo no nosso território.

Em Portugal, a região da Serra da Estrela é uma das regiões que apresenta maiores potencialidades para a prática do turismo na natureza com componentes adicionais dos nichos de turismo de montanha, contudo, este segmento continua a ser incipientemente explorado e verifica-se uma elevada sazonalidade na região que deve ser atenuada (Borges & Lima, 2006; Carvalho, 2006).

Para potenciar o crescimento do turismo nesta região, reduzindo também o impacto da sazonalidade, é necessário ampliar a oferta de produtos e captação de novos nichos de mercado, passando pela diversificação, nomeadamente na componente de actividades e serviços associados ao turismo na natureza, assegurando ao mesmo tempo a implementação de modelos de desenvolvimento sustentado.

Assim, um projecto assente nas várias potencialidades da região e direccionado para o turismo alternativo, que integre várias entidades de forma sustentada, representa certamente, uma mais-valia significativa para o futuro deste destino turístico.

1.2 Objectivos

Pretende-se, com este trabalho, investigar as potencialidades da região de estudo para o desenvolvimento de um projecto vocacionado para a prática de turismo na natureza, nomeadamente para a BTT, com a possibilidade de variantes para o cicloturismo e pedestrianismo.

Pretende-se ainda estudar a possibilidade de, através do turismo alternativo, dinamizar a actividade turística deste território ao longo de praticamente todo o ano, contribuindo assim para a redução da sazonalidade da mesma.

Como objectivo geral pretende-se desenvolver uma proposta de uma infra-estrutura – o EcoBike Trail Serra da Estrela - que se possa constituir como uma das âncoras de desenvolvimento do turismo alternativo na região da Serra da Estrela. A proposta apresentada nesta dissertação para o EcoBike Trail Serra da Estrela pretende atingir vários objectivos específicos em vertentes como turismo, conservação da natureza, valorização do património cultural e desenvolvimento sustentável, nomeadamente:

- Analisar a possibilidade de dotar a região de um novo recurso turístico estruturado para potenciar a prática de turismo na natureza e que contribua para a diversificação e ampliação da oferta turística da região;
- Apresentar uma proposta de percurso que valorize o património cultural e ambiental da região aumentando a sua notoriedade como destino turístico para as actividades na natureza;
- Estudar possíveis formatos de parcerias entre entidades da região a fim de promover o desenvolvimento local de forma sustentável;
- Assinalar aspectos e condições fundamentais para o planeamento e implementação do EcoBike Trail Serra da Estrela.

Este projecto visa dar a conhecer uma nova dimensão da região através da possibilidade de se realizar um itinerário em BTT por zonas habitadas e por algumas das mais fantásticas paisagens de montanha de Portugal, aproveitando ao mesmo tempo as infra-estruturas turísticas, trilhos e caminhos já existentes.

1.3 Premissas

Esta dissertação está assente nas seguintes premissas:

- O turismo na natureza está em franco crescimento e territórios com as características naturais como o da Serra da Estrela apresentam elevado potencial para aumentar a sua procura, como destino deste tipo de turismo;
- A BTT apresenta-se como uma actividade com grande número de praticantes e com uma procura crescente, podendo ser um importante nicho de mercado a potenciar em territórios com características naturais como o de estudo;
- A implementação de um projecto nos moldes do modelo do EcoBike Trail Serra da Estrela e na região em estudo, é importante para promover o desenvolvimento sustentável e contribuir para a diminuição da sazonalidade turística da região, visando o desenvolvimento turístico e um melhor conhecimento da sua cultura e natureza;
- O desenvolvimento deste tipo de projectos, com o objectivo de dinamizar a região e aumentar a captação de maior número de visitantes, tem interesse para as várias entidades públicas e privadas, pois garante uma forma eficaz de promover o território com vantagens futuras para todos os intervenientes.

1.4 Metodologia

Tendo como base o método dedutivo e com o objectivo de chegar às premissas apresentadas, tomou-se como ponto de partida para a elaboração desta dissertação o levantamento do estado da arte nas áreas relevantes para o trabalho nomeadamente no que diz respeito ao turismo e respectivas tendências, turismo alternativo, a modalidade de BTT como actividade turística e animação turística. Foi ainda feito um levantamento sobre o turismo na natureza, especialmente nas regiões de montanha e a sua potencialidade em território português.

Relativamente à modalidade de BTT procedeu-se à pesquisa de projectos do género existentes no estrangeiro e em território nacional, dando maior relevância aos que utilizam essencialmente a BTT como modalidade para diversificar a oferta turística, desenvolvidos com o objectivo também de atenuar a sazonalidade e tendo em conta as questões de sustentabilidade. Procurou-se também obter valores concretos do impacto económico desta actividade nas regiões onde foram implementados projectos deste género.

Após esta pesquisa procedeu-se à caracterização do território de aplicação e ao levantamento das

suas potencialidades e recursos turísticos possíveis de incluir no projecto a propor, assim como alguns dos indicadores estatísticos da actividade turística no mesmo. Posteriormente elaborou-se uma análise SWOT, relativa à oferta turística do território, para melhor destacar os seus pontos fortes e fracos, as suas oportunidades e ameaças.

Na fase seguinte procedeu-se à formulação estratégica do modelo de projecto proposto, incluindo uma análise aos factores críticos para o seu sucesso e estratégias possíveis a desenvolver para a sua implementação e prossecução. Apresenta-se posteriormente um modelo de desenvolvimento tendo em conta os objectivos, possíveis condicionantes e sugestões de implementação.

1.5 Estrutura da dissertação

O presente trabalho é composto por seis capítulos. O primeiro capítulo é constituído pela introdução, onde são apresentados o enquadramento da temática, os objectivos, as premissas, a metodologia utilizada e a estrutura da dissertação (figura 1).

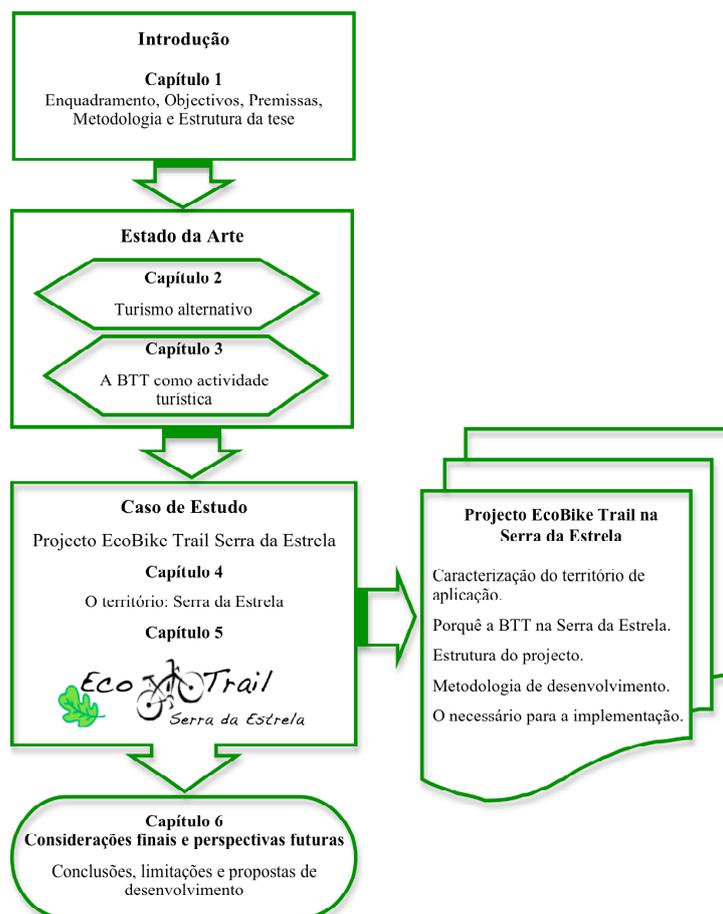


Figura 1 – Estrutura da dissertação

No segundo e terceiro capítulos é realizado um levantamento do estado de arte nas áreas relevantes para o trabalho, nomeadamente no que diz respeito ao turismo, turismo alternativo e na natureza, animação turística e à modalidade de BTT como actividade turística. No capítulo três são ainda apresentados alguns exemplos de projectos já concretizados e desenvolvidos também com o objectivo de reduzir a sazonalidade e de tornar os locais escolhidos para a sua implementação mais atractivos para a prática de actividades de natureza, tendo sempre em conta a sustentabilidade.

No quarto capítulo, já relativo ao caso de estudo, é apresentado o território de aplicação, ou seja, a região da Serra da Estrela, dando-se ênfase às potencialidades naturais do mesmo, à caracterização da actividade turística e aos recursos turísticos. Neste capítulo apresenta-se ainda uma análise SWOT da oferta turística do território destacando algumas das suas principais problemáticas.

O quinto capítulo inclui na primeira parte a justificação da escolha da actividade de BTT para o território Serra da Estrela e a definição estratégica do projecto com a análise de pontos fortes e fracos, apresentação dos factores críticos para o seu sucesso e um conjunto de possíveis estratégias a desenvolver. Na segunda parte deste capítulo será definido o modelo de implementação e a metodologia de desenvolvimento do projecto, tendo em conta os vários objectivos pretendidos. Este projecto pretende ser de desenvolvimento local onde, na sua estrutura se integra um papel importante para vários elementos da oferta turística da zona, quer a nível de alojamentos, restauração, empresas de animação turística e outras entidades.

No sexto capítulo será realizada uma análise ao modelo apresentado, às limitações encontradas e perspectivas de desenvolvimento futuro. Nesta fase será ainda realizada uma análise de verificação das premissas levantadas.

2 TURISMO ALTERNATIVO

2.1 Introdução

Neste capítulo será apresentada uma breve caracterização do sector do turismo, assim como uma resenha histórica da procura pela definição da actividade “Turismo”. Apresenta-se ainda neste capítulo a importância deste sector para a economia mundial e para Portugal.

Uma vez que o projecto associado a esta dissertação assenta numa vertente muito concreta do turismo, será realizada também uma apresentação mais específica do turismo alternativo e na natureza, nomeadamente nas regiões de montanha e das potencialidades existentes em Portugal para este tipo de produto.

2.2 O sector do turismo

2.2.1 Turismo – um conceito com fronteiras difíceis de definir

O Turismo é uma das actividades com maior relevância económica e social nos nossos dias. Presente em toda a história da humanidade, apesar de mais notado na segunda metade do século XX, e mais do que o simples gosto pelas viagens (Costa & Melo, 1999), o turismo é um fenómeno complexo e que afecta a vida de milhões de pessoas em todo o mundo, permitindo abordagens de vários tipos desde o sociológico, cultural, psicológico, até ao geográfico, económico e tecnológico (CTP, 2005).

Torna-se importante então precisar a que realidade nos referimos quando falamos em turismo pois, apesar da sua extraordinária dimensão, de fazer parte da vida de todos nós e de ser uma expressão de uso corrente, nem sempre é utilizada no mesmo contexto, sendo muitas vezes, na sua utilização, percebido de forma distinta por diferentes pessoas. Se, por vezes, a designação de turismo abrange somente as questões relacionadas com o divertimento de quem está num local diferente do da sua residência, por outras incluem-se nela uma maior dimensão de situações, mais variadas, mas ainda assim com elementos comuns (Cunha, 2006).

Desde 1937, quando a Comissão de Peritos em Estatística da Liga das Nações, definiu como Turista Internacional “qualquer pessoa que visitasse um país diferente da sua residência habitual durante mais de 24 horas” a fim de iniciar a árdua tarefa de definir critérios para a elaboração de estatísticas turísticas internacionais (Smith, 2004), até aos dias de hoje, muitas considerações e muitas adaptações foram feitas.

Esta tratou-se da primeira tentativa global para formalmente definir turismo, no entanto, com o colapso da Liga das Nações e com o rebentar da Segunda Guerra Mundial, pouco se fez com esta definição nas duas décadas que se seguiram. Já em 1950, a International Union of Official Travel Organizations (IUOTO) retoma a anterior definição mas agora incluindo também os estudantes em viagens de estudo como “turistas”. Nesta fase a IUOTO introduz ainda dois novos temas: o “excursionista internacional” - um indivíduo que visita outro país por prazer, por menos de vinte e quatro horas - e o “viajantes em trânsito” - pessoas que viajam através de um país sem paragens *en route* (Smith, 2004).

Posteriormente, em 1963, na conferência das Nações Unidas sobre o Turismo e as Viagens Internacionais, é reconhecida a definição de “Visitante” como “toda a pessoa que se desloca a um país, diferente daquele onde tem a sua residência habitual, desde que aí não exerça uma profissão remunerada”, a de “Turista” como o visitante que permanece mais de 24 horas no país de destino e a de “Excursionista” como o visitante que permanece menos de 24 horas no país de destino (CTP, 2005).

Por outro lado, também a busca pela definição da actividade “Turismo” sofre várias alterações e ajustes ao longo dos anos e devido às diversas abordagens e áreas que se cruzam em si e pela complexidade das suas relações, esta não é uma definição fácil de enunciar. Um longo caminho é percorrido desde que em 1942, professores da Universidade de Berna definem turismo como: “A soma de fenómenos e de relações que surgem das viagens e das estadas dos não residentes, desde que não estejam ligados a uma residência permanente nem a uma actividade remunerada” (OMT, 1998, p. 37), até à definição adoptada em 1994 pela OMT que apresenta uma perspectiva mais ampla e flexível sendo este actualmente o conceito fundamental para a avaliação do turismo:

“O turismo é o conjunto das actividades realizadas pelas pessoas durante as suas viagens e estadas fora do seu entorno habitual, por um período consecutivo não superior a um ano, para fins de lazer, negócios ou outros.” (WTO, 1994, p. 5)

Das várias definições apresentadas ao longo dos anos cabe destacar a existência de elementos comuns, apesar de cada definição poder apresentar certas particularidades, nomeadamente:

- A existência de um movimento físico dos turistas (por definição são os que se deslocam para fora do seu local de residência);
- A estada no destino ser durante um período não permanente;
- Compreender tanto a viagem até ao destino como as actividades realizadas durante a estada;
- Independentemente do motivo da viagem, inclui serviços e produtos criados para satisfazer as necessidades dos turistas (OMT, 1998).

No entanto, pelo facto de se tratar de uma actividade relativamente recente, enquanto actividade económica e pela sua complexidade e multidisciplinaridade, continua a existir uma ausência de definições claras que a delimitem e distingam das restantes actividades. Esta ausência e a riqueza de sectores em que o turismo toca, alimenta ainda hoje as discussões sobre a procura de uma melhor definição para esta actividade (OMT, 1998).

Em Portugal, a Sociedade de Avaliação de Empresas e Risco (SaeR), no estudo realizado e que serviu de base à elaboração do Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT), considera que “fazer Turismo é viver experiências, reais ou imaginárias, dentro de um estilo de vida, também ele real ou imaginário, que cada vez é mais determinante e faz parte das preocupações das pessoas, numa sociedade moderna e evoluída” (CTP, 2005, p. 595).

O Turismo apresenta-se cada vez mais como uma actividade de componentes múltiplas – produtos e serviços – que se organizam para satisfazer as necessidades dos consumidores (turistas) sendo difícil definir barreiras estanques entre os vários agentes e conseqüentemente torna-se difícil definir uma segmentação para este mercado.

No estudo acima mencionado foi proposta uma segmentação de mercado para o Turismo em Portugal, tendo por base os dez segmentos considerados pela OMT no relatório “*Global Forecast and Profiler of Market Segment – Tourism 2020 Vision 2001*”, aos quais a SaeR acrescentou alguns segmentos considerados relevantes para Portugal, nomeadamente os de Turismo residencial, Turismo de saúde e Turismo espiritual/religioso (CTP, 2005). São eles:

- Sol & Praia;
- Turismo residencial;
- Desporto;
- Turismo de negócios;
- Turismo urbano;
- Turismo cultural;
- Turismo rural;
- Ecoturismo e natureza;
- Turismo aventura;
- Turismo de saúde;
- Turismo espiritual/religioso;
- Turismo temático;
- Cruzeiros.

Segmentar o mercado torna-se determinante se os agentes económicos e actores estratégicos pretenderem entender o mercado pois só desta forma poderão corresponder-lhe de uma forma mais

eficaz e eficiente (CTP, 2005), no entanto, esta é uma actividade em constante reinvenção apresentando com frequência novas procuras, novas ofertas, novas formas de fazer turismo e consequentemente maior dificuldade em definir as suas fronteiras.

2.2.2 O Turismo na economia mundial

Nas últimas décadas o turismo tem sido um dos sectores económicos mundiais com maior e mais rápido crescimento, tornando-se desde os finais do século XX num dos principais agentes do comércio internacional. Actualmente é o quarto maior sector exportador mundial logo a seguir à Industria Petrolífera, Produtos Químicos e Automóveis, mesmo em muitos países considerados “em desenvolvimento” (WTTC, 2008).

No início do século XXI o turismo continua a apresentar-se como uma das maiores indústrias do planeta, devendo conseguir manter taxas de crescimento positivas apesar da crise económica acentuada em 2009, que afectou fortemente o sector. Apesar de se verificar alguma irregularidade na evolução da actividade turística nos últimos anos, a Organização Mundial do Turismo (OMT), mantém, no seu estudo “Turismo - Visão 2020”, a previsão de um crescimento continuado para o sector, acreditando que o abrandamento registado nos últimos anos irá ser compensado a médio e longo prazo (WTO, 2009b).

Os dados estatísticos mostram que a períodos de maior crescimento (1995, 1996, 2000, 2004 a 2007) intercalam períodos de crescimento mais lento (2001 a 2003) e que, apesar disso, a taxa de crescimento actual está acima da prevista pela OMT, com uma média de 4,4% para as chegadas internacionais, entre os anos de 1995 e 2007, em vez dos 4,1 % previstos (WTO, 2008).

O rápido crescimento do sector marcou claramente o turismo como um dos fenómenos económicos e sociais mais notáveis da segunda metade do século passado. Desde 1950, as chegadas internacionais aumentaram, de 25 milhões para 903 milhões em 2007, correspondendo a um crescimento médio anual de 6,6%. Entre os anos de 1950 e 2000 a Europa e os EUA foram as principais zonas receptoras de turistas, representando no seu conjunto cerca de 95% do mercado em 1950, descendo para 82% quarenta anos depois e 76% em 2000 (WTO, 2009a). Já em 2007 as chegadas internacionais representavam para os primeiros 15 destinos turísticos somente 57% reflectindo o aparecimento de novos destinos turísticos por todo o mundo (WTO, 2008).

O ano de 2008 aparecerá certamente registado como um ano de turbulência e contrastes, caracterizado por uma crise financeira que provocou o aumento do preço do petróleo, das matérias-primas e grandes flutuações nos câmbios e taxas de juros. Tudo isto veio inevitavelmente abalar a confiança das empresas e dos consumidores contribuindo por sua vez para uma recessão a nível

mundial e que se reflectiu também na desaceleração no turismo ao longo do ano. Ainda assim, e de acordo com dados da WTO no barómetro de Junho de 2009, as chegadas de turistas internacionais verificaram um crescimento de 1,9% relativamente ao ano de 2007 atingindo o valor de 922 milhões de turistas.

A crise económica mundial, agravada pelo temor da Gripe A (H1N1) fizeram do ano 2009 um dos mais difíceis para o sector do turismo, registando um decréscimo de 4% nas chegadas internacionais (UNWTO, 2010). Apesar deste panorama de crise e de se registar uma redução de 4,8% na sua contribuição para o PIB, o turismo ainda contribuiu em 2009, para cerca de 9,4% do Produto Interno Bruto (PIB) e foi responsável por gerar aproximadamente 8,2% do emprego no mundo (WTTC, 2010).

Embora se tenha verificado uma desaceleração generalizada na maioria dos destinos turísticos, alguns fizeram frente à crise e mostraram resultados positivos em 2009, nomeadamente em economias emergentes como a África do Sul, Nicarágua, República da Coreia, China, Sri Lanka, Montenegro, Marrocos e Turquia. A região mais afectada foi sem dúvida a Europa registando um decréscimo de 6% nas chegadas internacionais (UNWTO, 2010).

Depois dos resultados menos agradáveis de 2009 e estimativas para 2010, espera-se uma recuperação gradual do sector e passado este ciclo de descida, as estimativas apontam para um continuado crescimento até o ano 2020, com taxas na ordem de 4,4% ao ano para a próxima década, atingindo as cifras de 300 milhões de postos de trabalho – 9,2% do emprego total - e 9,6% do PIB mundial em 2020 (WTTC, 2010).

Se por um lado os acontecimentos dos últimos anos vêm evidenciar e relembrar a complexidade do meio em que se desenrola esta actividade, por outro, as estimativas a longo prazo demonstram a sua capacidade de recuperação confirmando que o Turismo continuará a crescer como um dos sectores mais contributivos para o PIB e emprego no mundo.

2.2.3 O Turismo na economia de Portugal

Em Portugal, o Turismo trata-se de um dos principais sectores da economia tendo uma importância verdadeiramente estratégica devido à sua excelente capacidade em criar riqueza e emprego. Trata-se de um sector em que temos naturalmente vantagens competitivas (MEI, 2006).

Os resultados definitivos da Conta Satélite do Turismo (CST) de 2005 e as estimativas para 2006 e 2007 (INE, 2008), indicam que a proporção do Valor Acrescentado gerado pelo Turismo no VAB da economia, foi de 4,6% em 2005, 4,9% em 2006 e 5,1% em 2007. No ano de 2007, o Consumo

Turístico atingiu 10,4% do Produto Interno Bruto (PIB), representando o melhor resultado dos últimos anos (INE, 2008).

O Turismo tem registado uma importância crescente na nossa economia e o ano de 2007 foi verdadeiramente positivo para a actividade turística. Os resultados alcançados neste ano vieram consolidar o crescimento verificado de 2005 para 2006, de 9,4%. Este crescimento foi suportado, fundamentalmente, num aumento do consumo receptor que, em 2007, cresceu 11,8% (TP, 2008).

Portugal continua sem dúvida a ser um país essencialmente receptor e em termos de procura mundial, foi em 2007 o 20º destino mais visitado pelos turistas internacionais, sendo dentro da Europa o 12º destino mais procurado (TP, 2009). Esta posição tem-se reflectido nos últimos anos numa contribuição bastante positiva na Balança de Transacções Correntes do país contribuindo para uma diminuição do défice constante desta última (IMPACTUR, 2009).

Em 2008, o andamento da economia nacional foi de encontro ao verificado a nível internacional, registando sinais de abrandamento, de estagnação ou mesmo de regressão. As estimativas da CST para 2008 confirmam a tendência de um crescimento moderado no sector turístico, traduzindo-se numa desaceleração da actividade turística em relação aos dois anos anteriores, no entanto, é de notar que ainda assim, entre 2000 e 2008 o consumo turístico apresentou um crescimento médio anual de 4,5% (INE, 2009b).

De acordo com as primeiras estimativas para o ano de 2009, prevê-se que em consequência da desaceleração da actividade turística em 2008 e da conjuntura económica internacional, o ano de 2009 apresente uma diminuição no Consumo Turístico Interior em cerca de 5,0% e que o Valor Acrescentado gerado pelo turismo diminua 4,8% (INE, 2009a).

Tal como no resto do mundo, também em Portugal este é um sector de mão-de-obra intensiva e por isso importante gerador de postos de trabalho. Em 2006, o emprego respeitante apenas às actividades características do turismo representava 8,1% do total do emprego da nossa economia. Verifica-se, no entanto, uma distribuição pouco equilibrada dos postos de trabalho pelos vários subsectores, concentrando cerca de 70% do emprego na hotelaria e restauração (INE, 2009b). Este é também um sector onde a proporção dos trabalhadores por conta de outrem está acima da registada para o total da economia podendo indicar alguma falta de empreendedorismo e iniciativa no sector.

Dada a grande importância deste sector para o país, em Janeiro de 2006, o Governo lançou um conjunto de linhas orientadoras no Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT), que visa no horizonte temporal até 2015, assegurar o aumento da contribuição do Turismo para o PIB, incrementar o emprego qualificado e acelerar o crescimento do sector.

Apesar do Turismo ser uma actividade com elevado potencial e de importância basilar na nossa economia, apresenta alguns problemas que é urgente atenuar tal como uma distribuição regional bastante heterogénea, uma forte sazonalidade associada a algumas regiões e o enfoque excessivo no turismo de massas, essencialmente no segmento “sol e mar”.

2.3 Turismo alternativo e na natureza

2.3.1 Alternativa ao turismo de massas

Até meados do século passado o turismo era uma actividade apenas acessível a uma pequena parte da população mundial, no entanto, começou-se a verificar uma democratização ao seu acesso e gradualmente assistiu-se mesmo a uma massificação turística (Brito, 2000), com a oferta a passar a ser predominantemente caracterizada por critérios de oferta padronizados e os destinos tabelados a valores mínimos.

Gradualmente o chamado “turismo de massas” caminhou para uma saturação a vários níveis, dando origem a novas formas de turismo. A partir do início dos anos 80, passaram a ganhar peso alternativas ao modelo de turismo de massas que não permitia uma verdadeira interacção sociocultural e ambiental com o local de destino (Lima & Partidário, 2002).

Em resposta ao turismo massificado, verificou-se uma evolução na prática turística com o surgimento de formas ditas alternativas em que a valorização recai sobre o personalizado em vez do padronizado. Esta mudança de procura e de mentalidades associada a um crescente movimento ambientalista, em início dos anos 90, dá lugar ao aparecimento do “consumidor verde”, do “novo turista” ou “turista verde”, temática bastante explanada em Lima & Partidário (2002). As autoras citam Weaver & Oppermann (2000), onde mencionam que os consumidores se tornaram “crescentemente sofisticados e responsáveis relativamente ao seu comportamento e decisões de viagens” e que o “novo turista, medido individualmente ou em pequenos grupos, em oposição ao turista de massas, constitui agora um reconhecido e significativo segmento do mercado turístico que, se espera, virá a crescer rapidamente em termos absolutos e relativos nas próximas décadas”.

De acordo com Weaver & Oppermann e Boniface & Cooper, (cit. Lima & Partidário, 2002) algumas das principais características que definem o turista deste segmento emergente de mercado -“novo turista” - e com possibilidade de se tornar num segmento de elevado peso no turismo, passa por se tratar de um consumidor:

- Sensível às questões ambientais;
- Sensível a culturas locais;

- Consciente das questões de justiça social;
- Mais independente e consciente das suas decisões;
- Que faz previamente uma avaliação cuidadosa dos produtos turísticos;
- Mais flexível mas que procura qualidade;
- Que procura experiências desafiantes, autênticas e com significado;
- Com o desejo de contribuir para um impacto positivo no destino.

De acordo com o Código Mundial de Ética para o Turismo, é valorizado o turista responsável enquanto pessoas atenta, interessada e preocupada com o ambiente social, cultural e natural, em detrimento do turista massificado, enquanto indivíduo menos responsável e menos atento (Brito, 2000).

Estamos então perante um novo conceito de turismo que, de acordo com Brito (2000), equaciona um conjunto de princípios considerados fundamentais para o sucesso das práticas turísticas com consequente desenvolvimento: o território, o respeito pelas diferenças, a identidade, a autenticidade das comunidades de acolhimento e a preservação ambiental, ou seja, trata-se da sustentabilidade ecológica, económica e sociocultural.

O turismo numa perspectiva sustentável pode englobar todos os tipos de turismo desde o rural, o de aventura, o cultural, ao balnear. Ao falar em turismo sustentável fala-se num modelo de desenvolvimento que além de ser um instrumento de ordenamento do território pretende ser também um instrumento de fixação das populações (Joaquim, 2003), ou seja, não se trata de um tipo de turismo mas sim um modelo de desenvolvimento, onde a rentabilidade económica e a preservação dos ecossistemas se alia uma maior equidade social.

O turismo alternativo é considerado um turismo responsável, que contribui para a economia local, visa a sustentabilidade a longo prazo, incorpora preocupações ambientais e a minimização dos impactos sobre as sociedades e culturas locais. Segundo Wearing & Neil, (cit. Borges & Lima, 2006), o turismo alternativo é aquele que compreende todas as formas de turismo que são consistentes com os valores naturais, sociais e da comunidade e que permitam aos residentes e visitantes interagir de forma positiva e partilhar experiências. No entanto, não é incomum verificar situações de turistas que procuram fugir ao turismo de massas, buscam formas alternativas de turismo mas sem que esta procura, ou mesmo a oferta encontrada, tenha como objectivo ou preocupação a sustentabilidade, apesar de ser efectivamente uma forma de turismo alternativa à massificação.

De acordo com Brito (2000) um dos efeitos do turismo alternativo é o seu efeito multiplicador ao nível da localidade, pois além de dinamizador do local, potencia também o desenvolvimento de outras actividades económicas. O turismo alternativo pode ser utilizado como instrumento de

desenvolvimento local podendo proporcionar vantagens significativas para o território e à sociedade, quando devidamente planeado. Este turismo pode englobar, entre outras formas que tenham em conta princípios de sustentabilidade, as seguintes:

- Turismo na Natureza;
- Ecoturismo;
- Turismo Rural;
- Turismo de Aventura;
- Agro-turismo.

O turismo de sol e mar, embora seja geralmente conotado com a massificação, pode também, se devidamente planeado, tomar a forma de turismo sustentável. Existe contudo, por parte dos consumidores, uma expectativa de que turismo sustentável é sinónimo de baixas densidades de procura, de serviços individualizados, de contacto com ambientes saudáveis e espaços ecologicamente equilibrados, de tradições e ambientes com forte identidade cultural, ou seja, um conjunto de condições que se opõem, de forma geral, à noção pré-estabelecida e crítica, associada ao turismo de massas (Lima & Partidário, 2002).

Apesar de muitas vezes questionada a real existência de “turismo sustentável”, o seu conceito fornece sem dúvida um ideal e um objectivo com princípios para seguir, quer pelo turismo alternativo, nas suas mais variadas formas, quer pela possibilidade de reduzir os impactos do turismo de massas.

Para Lima e Partidário (2002), Portugal está em vantagem relativamente a outros países porque já tem alguns destinos que satisfazem a procura de um novo mercado de turistas mais exigentes em matéria de experiências ambientais, culturais e de qualidade total e pode ampliar a sua oferta. Para as autoras, o momento é crítico e exige a implementação das intenções políticas já iniciadas mas ainda não concretizadas. A tendência internacional é clara e é importante que Portugal siga a tendência enquanto ela está no início, tirando vantagem dessa antecipação, em vez de esperar que a tendência se torne uma realidade absoluta noutras partes do mundo, e avance apenas para repetir o que os outros já fazem há muito, e corrigir os erros por não ter começado mais cedo.

2.3.2 Turismo na natureza

A atracção do Homem pelo ambiente físico tem origens bem remotas e em tradições e relações tais como o “amor pelo mar”, a religião ou espiritualidade, a caça, a pesca, a exploração do desconhecido ou simplesmente o gosto pelo exercício e actividade ao ar livre (Meyer-Arendt, 2004). Esta atracção como actividade económica – Turismo – e independentemente da sua

classificação, causa impactes, que podem, no entanto, ser minimizados se a actividade for devidamente planeada.

As preocupações ambientais relacionadas com o turismo começaram a ganhar peso na década de 1960, em grande parte devido à massificação do turismo e, em particular, ao elevado número de viagens de avião integradas nos pacotes turísticos.

Tornou-se necessário olhar mais atentamente para a actividade nesta vertente emergente já que, a relação entre os turistas e o ambiente, não depende somente do tipo de turismo praticado, mas também, do tipo de turista em questão (Meyer-Arendt, 2004). Esta relação não é inócua, havendo por vezes a necessidade de acções que limitem o acesso a determinadas áreas para sua protecção. Porém, embora existam alguns locais onde se justifique uma restrição mais apertada, a preservação pode ser geralmente conciliada com a actividade turística de baixa densidade. A proibição total de acesso ao meio deve ser a excepção de forma a permitir ao indivíduo conhecer o espaço que o rodeia, uma vez que o degradar da relação entre o indivíduo e o espaço natural pode dar origem a falta de respeito e de admiração pelo dito espaço. Assim, deve procurar-se encontrar mecanismos de equilíbrio, quer através de definição de capacidades de carga, quer pelo compromisso de um uso adequado por parte dos visitantes, ou outras formas mais adequadas a cada caso. No entanto, o turismo não se apresenta de todo, como uma actividade só com impactes negativos no ambiente.

No Código Mundial de Ética do Turismo (Artigo 3º, nº5), o turismo de natureza é reconhecido como uma forma de turismo bastante enriquecedora e valorizada caso se respeite o património natural. Ainda de acordo com este código, o turismo é considerado como um dos principais mecanismos para promover a sustentabilidade, desde que o contacto com a natureza seja controlado, permita um crescimento económico necessário ao desenvolvimento e à satisfação das comunidades, mas sem pôr em causa a continuidade das gerações futuras e o seu acesso aos mesmos recursos.

Para gerir e controlar devidamente este contacto é importante que as deslocações turísticas se distribuam da forma mais equilibrada possível ao longo do ano, atenuando ao máximo a sazonalidade, a fim de minimizar os impactes ambientais e culturais (Brito, 2000).

Em Portugal, e tendo como objectivo conciliar a preservação da natureza, o desenvolvimento do território e a actividade turística, o Governo estabeleceu uma parceria entre as Secretarias de Estado do Ambiente e do Turismo e que resultou no Programa Nacional do Turismo de Natureza (PNTN), que foi definido através da Resolução de Conselho de Ministros nº 112/98, de 25 de Agosto, sendo, no entanto, exclusivo da Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

O PNTN faz parte de um conjunto de orientações políticas internacionais que visam, especificamente no caso do turismo, a recuperação e conservação do património natural e cultural

com base no desenvolvimento sustentável das áreas protegidas, por se tratarem de territórios com elevados valores naturais e culturais e por se verificar uma crescente procura dos mesmos para actividades de recreio e lazer em contacto directo com o meio natural e com as culturas locais (ICNB, 2009; RCM112/98, 1998).

Burnay (2006) salienta a necessidade de alargar estas orientações ao restante território, especialmente às áreas classificadas e não incluídas na RNAP e a todos os locais onde os problemas da conservação da natureza e degradação do património assumam especial preocupação, referindo ainda a importância de aligeirar alguns processos de licenciamento para os intervenientes.

Passados dez anos da criação do PNTN, verifica-se uma redefinição do conceito de “Turismo de Natureza”. O novo Decreto-Lei para a Animação Turística e Operadores Marítimo-turísticos – Decreto-Lei nº 108/2009 de 15 de Maio - juntamente com o Decreto-Lei n.º 39/2008, de 7 de Março, que estabeleceu o novo regime jurídico dos empreendimentos turísticos, vêm redefinir o conceito de turismo de natureza (em termos legais) e contribuir para uma melhor dinamização do PNTN. De acordo com a recente legislação para a Animação Turística, designam-se por actividades de turismo de natureza “as actividades de animação turística desenvolvidas em áreas classificadas ou outras com valores naturais” (Artigo 4º, nº1) desde que reconhecidas pelo Instituto da Conservação da Natureza e Biodiversidade (ICNB).

O novo regime jurídico para as empresas de Animação Turística e Operadores Marítimo-turísticos veio ainda simplificar o acesso a esses espaços e estabelecer novos requisitos para a prática do turismo de natureza, tendo em vista não só a qualificação da oferta mas também a protecção dos recursos naturais e a salvaguarda dos interesses, segurança e satisfação dos turistas (DL108/2009, 2009).

Se por um lado a definição legal limita o turismo de natureza às actividades desenvolvidas em áreas classificadas ou com interesse reconhecido pelo ICNB, neste trabalho entende-se o turismo na natureza como todas as actividades turísticas desenvolvidas em meio natural.

O turismo na natureza adopta formas bastante diversas tornando difícil a sua quantificação, no entanto, e de acordo com dados da indústria turística este é um dos segmentos do turismo onde se regista um maior crescimento a nível mundial (WTO, 2001). Segundo esta mesma fonte estima-se que a procura deste segmento tenha crescido cerca de 20% ao ano no mercado internacional, durante a primeira década deste século, com o aparecimento de destinos a aproveitar esta “janela de oportunidade” para diversificar a sua oferta e expandir o seu mercado.

Na Europa, cerca de 9% das viagens de lazer realizadas pelos europeus, têm como principal motivo o Turismo de Natureza contando com pelo menos uma noite de permanência (THR, 2006). Estes valores têm ajudado a repensar a estratégia de vários países relativamente ao turismo, passando a

contar com uma crescente oferta de produtos no segmento de natureza, como é exemplo a Alemanha, a Noruega, o Brasil, a Venezuela e Cuba, entre outros.

2.3.3 O turismo nas regiões de montanha

Para falar em turismo nas regiões de montanha deve-se antes de mais tentar apresentar o que se entende por território de montanha, pois existem muitas formas de definir montanha, nomeadamente através do relevo, da altitude ou do coberto vegetal.

Ao contrário do que acontece nos grandes sistemas montanhosos europeus, em Portugal as montanhas têm, de forma geral, pouca altitude e uma fisiografia onde predominam os planaltos e os grandes declives. Apesar das suas reduzidas dimensões, as montanhas têm a nível nacional um importante papel de regulação do ciclo da água, de refúgio de biodiversidade, de informação artística e cultural, de educação e ciência (Gonçalves, 2005).

Ao falarmos neste tipo de territórios, e embora os critérios de definição sejam discutíveis, sendo os mais comuns a altitude, o relevo e declive, Borges & Lima (2006) alertam para o facto de se tornar redutor olhar para estes territórios só através destas características e que devem sim, ser observados numa perspectiva mais ampla e integrada de paisagem, incluindo os vales adjacentes no território “da montanha” até porque, é nestes que se encontram na maior parte das vezes fixadas as comunidades e que conferem ao território uma identidade própria.

As regiões de montanha concentram no seu território uma grande diversidade de recursos e bens estratégicos fundamentais, tal como o ambiente natural, a água, o ar, a flora, a fauna, e algumas actividades e serviços de valor económico tal como os produtos locais, o lazer, e o turismo (Serafim, 2005), no entanto, apresentam serviços que normalmente não são valorizados pela procura, mas que têm uma importância crucial para as comunidades locais.

Gonçalves (2005) destaca que se definirmos a região de montanha com base na curva de nível dos 700 m, a área representada será de cerca de 11% da superfície de Portugal Continental, o equivalente a quase 10 mil km². Grande parte deste território localiza-se no Norte e Centro do país, atingindo o seu ponto mais elevado aos 1.993 m na Torre, na Serra da Estrela.

Pode considerar-se que os territórios de montanha são uma parte significativa de Portugal e devido à riqueza e variedade natural e cultural que possuem, são necessários cuidados especiais com a preservação da paisagem e natureza, de modo a evitar a degradação de grandes valores naturais, ambientais e patrimoniais. A base de recursos que oferecem é de elevada importância para o

desenvolvimento da actividade turística, conferindo-lhes mesmo um destaque como destino turístico.

Alguns territórios de montanha no mundo tornaram-se populares destinos no mercado turístico actual, fazem parte do imaginário dos turistas e representam o inacessível, “a morada dos deuses”, “o centro do mundo”, como são exemplo disso os Alpes, os Himalaias, o Atlas (Marrocos), e o Kilimajaro (Tanzânia), só para se mencionar alguns.

As características singulares destes territórios tornam-nos cenários de elevada beleza e com uma autenticidade e diversidade natural e cultural únicas, convertendo-os em locais ideais para a prática de um grande número de actividades que fazem parte dos mais procurados produtos de turismo, principalmente alternativo e de aventura. Pelas suas características, são territórios menos condicionados à sazonalidade, pois a prática dessas actividades pode variar de acordo com as características naturais do território ao longo do ano permitindo uma maior diversificação na oferta.

Actualmente, o valor ambiental das zonas de montanha é reconhecido como de excepcional relevância, pois existe a necessidade de preservar o património natural, a diversidade cultural e além disso, de fixar as populações que, devido às frágeis estruturas económicas e fracos rendimentos associados, têm vindo a sofrer um declínio demográfico acentuado, especialmente nas zonas de interior (PETUR, 2005).

O turismo pode constituir-se como um forte contributo para a diversificação da economia nas regiões de montanha emergindo numa vertente muito específica como turismo de montanha, mas este conceito ainda não é bem claro junto da comunidade científica de turismo, devido essencialmente à complexidade em definir o que se considera como território de montanha e simultaneamente, a dificuldade de integrar no conceito de turismo de montanha actividades que ao mesmo tempo podem ser encaradas como turismo de natureza, turismo de neve, turismo de aventura ou outras, que se desenrolam principalmente em território de montanha (Borges & Lima, 2006).

Mas se por um lado, a potencialidade dos territórios de montanha, pode contribuir para a preservação e valorização dos recursos, por outro lado e, conforme alertado por PETUR (2005), pode também levar à degradação da paisagem. Desta forma, e a fim de evitar o máximo de impactos negativos, é necessário uma atenção muito especial no desenvolvimento de quaisquer actividades e projectos nestas regiões, com uma atenção particular para o turismo.

Sem entrar em conta com as divergências sobre as definições de montanha ou turismo de montanha, é consensual que devido à importância e especificidades do território, o turismo a desenvolver deve reger-se pelos princípios inerentes ao desenvolvimento de turismo sustentável.

Promover o desenvolvimento sustentável nos territórios de montanha é hoje uma opção e uma oportunidade a não perder. Serafim (2005, p. 3) destaca que “as áreas de montanha têm hoje uma vantagem competitiva muito forte e que pode ser reconvertida numa excelente oportunidade. Para além da diversidade de paisagem, da arquitectura, das práticas e conhecimentos tradicionais, há também uma grande variedade de modos de vida”.

Apesar da crescente preocupação com o meio ambiente, o desenvolvimento de projectos turísticos sustentáveis em regiões de montanha ainda tem um vasto caminho a percorrer, pois não passa simplesmente pela sua apresentação como destino ecológico, mas principalmente por garantir que todos os que nele participam, tanto no lado da oferta como da procura, o entendem e que os serviços oferecidos se ajustam a esse conceito e à expectativa dos visitantes (Hudson, 2000 cit. por (Saz & Ribalaygua, 2008).

Se para alguns, estes são territórios com fraquezas e pontos fracos no desenvolvimento turístico do país, então há que repensar as estratégias a fim de os transformar nos pontos fortes e oportunidades do futuro.

2.3.4 Potencialidades para o turismo na natureza e de montanha em Portugal

Portugal tem à partida um território bastante promissor para a prática do turismo na natureza. Em 2006, 21% do território nacional era composto por áreas protegidas, contando nesta percentagem com parques, reservas e outras áreas de interesse (THR, 2006). Embora o turismo na natureza e de montanha não tenha necessariamente que ser desenvolvido em áreas classificadas, a sua existência, é indicador de que estamos geralmente perante um território com elevado valor natural e cultural, e consequentemente com importante potencial turístico.

Em Julho de 2008 foi publicado o novo regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade (DL142/2008, 2008) que veio criar uma Rede Fundamental de Conservação da Natureza (RFCN) e estruturar o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), constituído pela Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP), pelas áreas classificadas que integram a Rede Natura 2000 e pelas demais áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português. A RFCN integra ainda as áreas de continuidade identificadas como Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e o Domínio Público Hídrico (DPH). Estas áreas de continuidade salvaguardam o intercâmbio genético das populações de espécies selvagens entre as diferentes áreas nucleares de conservação, contribuindo assim para uma melhor protecção dos recursos naturais e para a promoção de uma continuidade espacial mais coerente.

A actual legislação consagra cinco tipologias para as áreas protegidas que podem ser de âmbito nacional ou regional:

- Parque nacional;
- Parque natural;
- Reserva natural;
- Paisagem protegida;
- Monumento natural.

Os locais anteriormente designados de “Sítios Classificados” e de acordo com a referida legislação, terão que ser reclassificados como “Monumentos Naturais”. Em Outubro de 2008 Portugal contava com 44 locais classificados, no entanto, as áreas de interesse para a prática de actividades lúdicas e turísticas na natureza não se restringem às áreas classificadas, existem outras em Portugal que, apesar de não terem um estatuto específico, são interessantes e requerem alguma atenção no que diz respeito à sua utilização para a prática deste tipo de actividades.

Apesar de serem áreas de grande valor natural e cultural, de uma forma geral, os parques em Portugal ainda apresentam grandes deficiências ao nível da estrutura e serviços de apoio aos turistas tal como reduzido material informativo (placas, brochuras, mapas), deficientes serviços de manutenção e marcação de rotas e poucos centros de informação (THR, 2006), dificultando a promoção destas áreas e das potencialidades que encerram. De acordo com o estudo atrás mencionado, nos espaços naturais classificados prevalece ainda uma gestão de protecção e conservação, não existindo uma adequada gestão turística, apesar de já existirem argumentos e exemplos que comprovam que, a utilização devidamente regulamentada deste tipo de espaços para o turismo, pode gerar recursos económicos, que ajudem a contribuir para a conservação e manutenção dos mesmos.

Portugal também é rico em cursos de água, nomeadamente rios e ribeiras, que permitem a prática de actividades de turismo na natureza tais como canoagem, rafting e canyoning.

Nas ilhas dos Açores e Madeira encontramos ainda uma grande riqueza paisagística e de natureza geológica, além de uma biodiversidade muito própria e com diferenças do continente, potenciando amplamente a prática de actividades de natureza nestes territórios. Com elevado interesse geológico existem ainda no continente duas áreas integradas na Rede Global de Geoparques¹ da

¹ Um Geoparque é uma área com expressão territorial e limites bem definidos, que contém um número significativo de sítios de interesse geológico com particular importância e tem como principais objectivos a conservação e preservação dos geosítios, o apoio à investigação, a educação e sensibilização ambiental e o incentivo à actividade económica e desenvolvimento sustentável tendo como base o turismo de natureza.

UNESCO – Naturtejo Geopark e Geopark Arouca - que fazem parte dos 53 geoparques classificados pela UNESCO e distribuídos pela União Europeia, China, Irão e Brasil (Geo.Park, 2009).

Relativamente a zonas de montanha existem em Portugal Continental várias que se destacam, em particular a Cordilheira Central, também designada por Sistema Central Divisório, que corresponde a um grande conjunto montanhoso que atravessa parte significativa da Península Ibérica longitudinalmente, estendendo-se por algumas centenas de quilómetros entre Portugal e Espanha. Em Portugal, a Torre, na Serra da Estrela corresponde à parte mais elevada (1.993 metros) da Cordilheira Central que se prolonga desde a serra da Malcata, Gardunha e Alvelos, e mais a norte, Açor e Lousã.

Na opinião de Borges & Lima (2006), embora Portugal não se tenha vindo a assumir como um destino para o turismo de montanha, o território oferece notáveis condições para a sua prática, já que as montanhas constituem uma importante parte do seu território, apesar de não serem comparáveis em termos de altitude, às de alguns países da Europa, onde se verifica grande oferta turística no que se refere ao turismo de montanha, principalmente associado à prática de actividades na neve. Na opinião destas autoras, as serras em Portugal, em particular na região centro, destacam-se pelo “elevado potencial para a prática de um turismo de qualidade, com condições únicas para o desenvolvimento de produtos turísticos complementares entre si e que satisfaçam um novo mercado de turistas exigentes em matéria de experiências ambientais, socioculturais e de qualidade total” (Borges & Lima, 2006, p. 164).

Frank Gaskell (2005) salienta que num mercado crescentemente globalizado, torna-se quase impossível competir com países como a China e Índia com base no preço, em termos de produtos massificados. A Europa deve investir na qualidade como estratégia para se diferenciar e, nesta perspectiva, as regiões de montanha têm uma vantagem real no mercado global. O verdadeiro desafio coloca-se em estruturar um enquadramento no qual as áreas de montanha se possam alicerçar e reagir fortemente a estas oportunidades.

Relativamente aos padrões da União Europeia (U.E.) Portugal é um país significativamente montanhoso e onde este tipo de território constitui uma grande percentagem da sua área, sendo também os habitantes destas regiões uma percentagem significativa da população nacional (Gaskell, 2005).

2.4 Síntese

Neste capítulo o Turismo é apresentado como um sector em contínuo crescimento e estrategicamente importante para a economia mundial e portuguesa. A sua constante evolução dá lugar a formas ditas alternativas, nas quais é dada importância às propostas de destinos com características mais personalizadas e ao “pequeno” em detrimento do massificado (Brito, 2000).

Destaca-se a partir dos finais do século XX uma mudança na sociedade, dando preferência ao contacto com a natureza, às novas descobertas, à diferenciação dos produtos e a férias activas, levando também a uma mudança na oferta turística, que deve ser planeada tendo em conta estas preferências. Esta nova postura vem trazer novas oportunidades e proporcionar novas condições de desenvolvimento (Cunha, 2003).

O Turismo na natureza, nomeadamente em áreas de montanha, assente em parâmetros de sustentabilidade e em produtos de elevada qualidade, apresenta vantagens competitivas asseguradas pela diferenciação, num segmento de mercado em que os consumidores são exigentes e têm alto poder de compra, estando dispostos a pagar por aquilo que querem (PETUR, 2005) e (Borges & Lima, 2006).

Relativamente a Portugal, verifica-se ser um país rico nas componentes natural e cultural, apresentando-se desta forma com potencialidades para o desenvolvimento deste tipo de turismo.

3 A BTT COMO ACTIVIDADE TURÍSTICA

3.1 Introdução

Neste capítulo apresenta-se a prática de bicicleta todo-o-terreno (BTT) ligada ao turismo alternativo e como actividade turística. Tendo em conta a utilização da BTT como produto turístico em meio natural é realizada neste capítulo uma caracterização do subsector da animação turística em Portugal com as respectivas condicionantes e uma abordagem ao impacto desta actividade na natureza.

Serão apresentados também alguns exemplos concretos da utilização desta modalidade como âncora de destinos turísticos numa região ou país, sendo possível observar nalguns deles algumas das vantagens por essa opção.

Na parte final deste capítulo apresentam-se dados que comprovam que esta actividade está em franco crescimento e que pode ser geradora de variados benefícios para as comunidades onde é utilizada como produto estratégico.

3.2 BTT: Actividade desportiva e turística

A história da bicicleta todo-o-terreno, à frente designada de BTT, não é tão recente como à primeira vista parece. O que é recente, sem dúvida, é a sua massificação e o ter-se tornado numa das actividades desportivas e turísticas mais conhecidas mundialmente. Na verdade pode dizer-se que a sua história é tão antiga como a da própria bicicleta, pois este meio de locomoção, antes do uso generalizado do automóvel, viveu tempos áureos sendo utilizado por parte significativa da população para as suas deslocações quotidianas. Destaca-se ainda que no início do século XX os caminhos e estradas utilizados não eram o que são hoje, ou seja, as bicicletas da altura, apesar de muito mais limitadas tecnicamente, circulavam tanto por estradas como caminhos e trilhos irregulares.

Uma das mais antigas referências ao uso da bicicleta fora de estrada remonta a 1890 e refere-se a um grupo de soldados conhecidos como a 25ª Infantaria de Buffalo com base em Missoula, Montana, que percorriam longas distâncias com bicicletas carregadas de mantimentos, incluindo por caminhos todo-o-terreno. As suas bicicletas pesavam entre 32 a 54 kg quando estavam carregadas (Columbia, 2008).

Com a “chegada” do automóvel e da moto as bicicletas perdem quota de mercado e deixam de ser

o veículo de eleição para o dia-a-dia, vindo a sua utilização essencialmente direccionada para a prática lúdica e desportiva, em particular a nível competitivo no ciclismo.

Aproximadamente na década de 1970, começam a aparecer em Espanha, França e Califórnia, alguns amantes das actividades de natureza que, por uma razão ou outra, vêm na bicicleta uma nova oportunidade de explorarem os seus limites. Em França alguns ciclistas adeptos do montanhismo começam a utilizar a bicicleta em caminhos e trilhos de montanha sendo os precursores desta modalidade a que se dá o nome de “vélo tout terrain” (VTT).

Apesar de haver várias referências à utilização de bicicleta fora de estradas, parece consenso geral que a origem da BTT, mais próximo do que é hoje a modalidade, começou na década de 1970 na Califórnia, nos EUA. E foi desde então que a BTT registou um crescimento e conhecimento significativos tornando-se bastante expressiva nas actividades de natureza nalguns países (Ryan, 2005).

Desde os anos 1970 que se verificou uma importante evolução técnica das bicicletas, permitindo tornar as bicicletas mais seguras, mais resistentes e com melhor desempenho (associado essencialmente ao reduzido peso e melhorias nos sistemas de mudanças e amortecedores).

Nas décadas de 1980 e 1990, o aparecimento de vários eventos desportivos competitivos de BTT e novos atletas nesta área, vieram ajudar também ao desenvolvimento de nova tecnologia, pois a concorrência e o nível competitivo exigiam melhor desempenho, culminando com a estreia da BTT como actividade olímpica nos Jogos Olímpicos de Atlanta em 1996.

Comparado com outras actividades de ar livre, a BTT é uma actividade relativamente recente no campo recreativo e desportivo, no entanto, já existem disponíveis hoje no mercado, diversos tipos de bicicletas que satisfazem vários gostos. Ao longo dos anos, a evolução da própria actividade de BTT e da tecnologia associada, deu origem ao aparecimento das seguintes modalidades (Columbia, 2008):

- Cross Country: *Single tracks* (trilhos estreitos) e caminhos em terra são os terrenos típicos desta modalidade. Estes praticantes, de forma geral, preferem percursos longos (de 10 a 80 km) em terreno preferencialmente ondulado a fim de testar o endurance e oferecer alguns desafios técnicos. A forma mais comum de competição em BTT é o Cross Country e foi esta a modalidade introduzida nas olimpíadas de Atlanta. Esta é também a modalidade mais comum na BTT de lazer;

- Downhill: Tal como o nome indica trata-se de um percurso em descida. Testa a habilidade do atleta para seguir um percurso que é predominantemente a descer passando por uma série de irregularidades (naturais ou artificiais) no terreno tal como pontos de salto, degraus, etc., sempre

na velocidade máxima. Esta é uma modalidade que implica elevado risco havendo a necessidade de recorrer a equipamento de protecção mais específico, nomeadamente capacete integral, joelheiras, cotoveleiras, caneleiras e algumas vezes coletes. Um percurso de downhill tem entre um a dois quilómetros e implica recorrer a outros meios para subir e colocar os atletas no início do percurso, o que pode ser uma viatura ou cadeiras tele-ski no caso de percursos em zonas de pistas de esqui;

- Freeride: Esta é uma modalidade só utilizada na forma de lazer e combina o melhor do Cross Country e do Downhill. Utiliza vários tipos de terreno e além das descidas utiliza também os *north shores* que consistem essencialmente em trajectos altos, de madeira, construídos dentro de florestas ou passar por cima de árvores caídas. Nesta versão são utilizados tanto os obstáculos naturais como os construídos a fim de desafiar as potencialidades do atleta. Equilíbrio, força e resistência são alguns dos atributos necessários a esta modalidade. Existe ainda uma versão *Urban Assault* que se refere ao Freeride quando praticado nas cidades e utilizando obstáculos urbanos tais como escadas ou outros construídos;

- Dirt Jump: O Dirt Jump é muito popular especialmente nas camadas mais jovens. Os percursos de Dirt Jump são normalmente numa área mais confinada e consiste em andar num percurso onde existem vários montes construídos e o objectivo é usá-los para conquistar velocidade e altura tentando manter-se o maior tempo possível no ar. É usual a definição de níveis em cada trajecto, desde o fácil ao avançado e que vão sendo conquistados dependendo das capacidades de cada um. Actividade normalmente feita com o objectivo de lazer e não de competição;

- Trip-trail ou Maratona: Neste tipo de modalidade o percurso caracteriza-se por ser bastante longo e através de trilhos e estradas de terra. Devido à sua dimensão, nalguns casos é chamado de Maratona, e pode atingir durações de dois ou três dias como por exemplo nas corridas de aventura. Muitos dos percursos feitos em termos de lazer têm este tipo de características;

- All Mountain: É talvez a evolução mais recente da BTT. As bicicletas para esta modalidade são bastante versáteis e combinam o reduzido peso e as facilidades de pedalar de uma bicicleta de Cross Country com a comodidade das excelentes suspensões das bicicletas de Downhill e Freeride. O aparecimento da bicicleta “all mountain” facilitou e aumentou o interesse nas travessias épicas (longos percursos e longas durações) que incluem características dos trajectos de Cross Country e de Freeride desde os longos *single tracks* até aos percursos tecnicamente desafiantes.

- Rails-to-Trails e Mountain Bike Touring: O Mountain Bike Touring trata-se de um meio alternativo de viajar de uma localidade para outra, durante um determinado número de dias, por estradas secundárias, de terra, trilhos ou caminhos-de-ferro abandonados e convertidos em

trilhos para a BTT (Rails-to-Trails). Os trajectos são de forma geral um misto entre o liso e o ligeiramente ondulado permitindo a sua utilização por uma grupo variado de idades e não exigindo elevada condição física. Nalguns casos recorrem-se a veículos de assistência para transportar as bagagens de um local para o outro para permitir ao turista desfrutar do seu passeio sem precisar de carregar com as suas coisas.

O desenvolvimento da actividade de BTT levou ao aparecimento e divulgação inclusive, de locais devidamente preparados para os diferentes géneros de modalidades. Algumas das modalidades que se incluem na BTT têm carácter mais competitivo enquanto outras existem só numa perspectiva de lazer e turismo.

Um dos aspectos impressionantes na evolução da BTT é sem dúvida a passagem de uma actividade recreativa restrita para um produto turístico de grande procura. Hoje a BTT é mais do que simplesmente realizar percursos com irregularidades e ultrapassar obstáculos em caminhos, trilhos ou estruturas construídas para o efeito (DECO, 2009). Estamos perante uma actividade em contínuo crescimento e evolução e que, devido às suas características, permite um melhor conhecimento das regiões e das suas riquezas naturais e culturais, sendo um produto turístico com forte potencial para o sector da animação turística em Portugal.

3.3 O sector da animação turística

De acordo com Chaves y Mesalles (2001, cit. Almeida, 2004, p. 24), “A animação turística é o conjunto de actividades culturais, lúdicas, de formação, desportivas, de difusão, de convívio, de recreio, (...) que são oferecidas aos turistas por entidades públicas ou privadas, pagas ou não, com o carácter de restabelecer o equilíbrio físico e psíquico, aniquilando a monotonia, o excesso de tensão e o stress” e o seu aparecimento deve-se ao surgimento do novo turista, mais exigente e activo, que procura actividades dentro do espaço de lazer, que procura um tipo de turismo mais dinâmico, mais participado e onde possa fazer descobertas (Almeida, 2004).

De acordo com o mesmo autor a animação turística pode servir como base sustentável do desenvolvimento de uma região, servindo também para a fixação de saberes e tradições e para o desenvolvimento social das comunidades que visitam e das que são visitadas. Este subsector do Turismo é a parte complementar do produto turístico que pode marcar a diferença sendo por vezes uma fonte de sustento de pequenas comunidades locais não só pelas receitas que gera em si mas especialmente pelas que gera de forma paralela.

A animação turística é fundamental para qualquer destino turístico tal como o é o alojamento, a restauração, os transportes e outros serviços, sendo mesmo decisivo para a diferenciação de um destino, garantindo-lhe vantagens competitivas face a outros, principalmente numa altura em que os visitantes não procuram somente um local para um descanso inactivo, mas procuram principalmente o local das suas férias motivados pelo tipo de actividades de animação que justifiquem a sua permanência na região (Vieira, 2005).

Em Portugal, as empresas de animação turística (EAT) têm na sua maior parte reduzida dimensão. De acordo com um estudo realizado em 2005, 41% das empresas têm entre 1 e 3 empregados (THR, 2006). Este facto não é necessariamente negativo, pode no entanto, é trazer alguma dificuldade no caso de se pretender a implementação de sistemas mais eficazes de produção, de inovação ou de melhoria de qualidade.

Em 1990 o número de empresas identificadas como a actuar no que hoje é conhecido como turismo activo era bastante diminuto (Barbosa, 2005) não existindo ainda legislação específica para o sector nem um registo das empresas que nele operavam. No ano 2000 é criada a primeira legislação para o sector e em 2008 já contava com 549 empresas licenciadas, sendo de destacar que a distribuição destas empresas é pouco uniforme e muito dependente das características de cada distrito como se pode analisar na tabela seguinte:

Tabela 1 – Empresas de Animação Turística por distrito (Fonte: TP em 15 Julho 2008)

Distritos	EAT licenciadas
Aveiro	17
Beja	10
Braga	24
Bragança	10
Castelo Branco	11
Coimbra	25
Évora	15
Faro	66
Guarda	12
Leiria	15
Lisboa	106
Portalegre	5
Porto	43
Santarém	28
Setúbal	26
Viana do Castelo	19
Vila Real	13
Viseu	21
TOTAL	466
Açores	21
Madeira	59*

(*) Fonte: SRTT Madeira em 30Dez2008
(Inclui EAT e MT - gerais e ambientais)

De uma forma geral as empresas que desenvolvem actividades de animação turística são especializadas em diferentes tipos de animação que vão desde o lazer e entretenimento, às

actividades marítimo-turística, ambientais, culturais, aos estabelecimentos turísticos como hotéis, empreendimentos turísticos, restaurantes, casinos ou entidades como museus, teatros, centros culturais, parques temáticos, etc..

A animação turística trata-se de um sector jovem e ao mesmo tempo inovador, mas como não podia deixar de ser, com todas as dificuldades inerentes a um sector novo, mas também, com muitas potencialidades por explorar.

Algumas das dificuldades do sector nos últimos anos prendem-se com a regulamentação, nomeadamente a falta de controlo e alguma inadequação à realidade empresarial, principalmente no que respeita às licenças para operar nas áreas protegidas. A primeira legislação do sector data de 2000 (Decreto-Lei nº204/2000 de 1 de Setembro) mas deixava várias questões em aberto que, os últimos anos e o aparecimento de várias empresas neste sector vieram confirmar: uma continua impunidade relativamente às entidades que, apesar de não estarem licenciadas para o efeito, continuavam a fazer animação turística e a falta de uma definição das competências dos técnicos de animação turística que conduzem as diversas actividades classificadas como tal. A falta de parâmetros de diferenciação, principalmente para o potencial cliente, cria dificuldades na afirmação do sector como sendo credível e profissional com capacidade de responder ao mercado.

O ano de 2009 trouxe novidades ao sector. Tendo em conta o desenvolvimento do sector e o crescente interesse pelas suas actividades, a sua importância estratégica para o turismo, a simplificação dos procedimentos administrativos no acesso à actividade e a Directiva Europeia de Serviços (Directiva 2006/123/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro de 2006), o Governo considerou essencial a revisão do Regime Jurídico da Animação Turística.

Reúne-se assim num único diploma – Decreto-Lei nº108/2009 de 15 de Maio - o regime de acesso à actividade de animação turística, independentemente da modalidade de animação exercida e define-se a criação do Registo Nacional dos Agentes de Animação Turística (RNAAT) que engloba as Empresas de Animação Turística e os Operadores Marítimo-Turísticos, sendo este da responsabilidade do Turismo de Portugal, I. P., agora a única entidade com quem os empresários têm que contactar no tratamento do acesso à actividade para o território de Portugal Continental. Com este novo regime pretende-se ainda:

- Abolir as múltiplas licenças ambientais e respectivas taxas a fim de equilibrar o acesso às áreas protegidas uma vez que até agora alguns parques registam grande afluência enquanto outros foram deixados ao esquecimento;
- Manter um registo actualizado dos agentes a operar no mercado a fim de permitir um melhor acompanhamento da evolução do sector e uma melhor fiscalização;

- Liberalizar o acesso à actividade (desde que sejam cumpridos os requisitos mínimos) sendo que a selecção e sobrevivência das empresas deverá ser feita, não *à priori* por limitações legislativas, mas pelo próprio mercado.

O exercício da actividade das empresas de animação turística e dos operadores marítimo-turísticos passa a depender da inscrição no RNAAT e da contratação dos seguros mínimos obrigatórios previstos no regime geral.

Este novo diploma introduz também alterações no que diz respeito às actividades de turismo de natureza, começando mesmo pelo seu conceito que é redefinido, passando a abranger outras áreas além das integradas na RNAP. Até à entrada em vigor deste diploma eram consideradas como “Turismo de Natureza” apenas as actividades desenvolvidas em áreas protegidas, com esta alteração são consideradas actividades de “Turismo de Natureza” aquelas desenvolvidas em áreas consideradas de interesse e assim reconhecidas pelo ICNB, sendo que, quer alojamentos, quer operadores turísticos, podem fazer uso dessa nomenclatura e identificar a sua empresa como sendo de “Turismo de Natureza” desde que se comprometam formalmente em aderir a um código de conduta (Portaria n.º 651/2009, de 12 de Junho), cumprindo integralmente um conjunto de normativos relacionados com a responsabilidade empresarial e com boas práticas ambientais, no âmbito do exercício da sua actividade, e desde que participem também em pelo menos um projecto de conservação da natureza e da biodiversidade (facultativo para microempresas).

Em vez da usual lista de actividade para definir o que são actividades de animação turística, passa a optar-se pela definição das actividades de animação turística através de uma fórmula aberta, de modo a permitir o enquadramento de novas modalidades de animação turística que constantemente surgem no mercado, dado a actualidade e dinamismo do sector.

Acrescentando mais ao já feito até então, o novo diploma, além dos requisitos para o exercício da actividade, vem colocar exigências que têm em vista também a qualificação da oferta, a protecção dos recursos naturais, salvaguardar os interesses, a segurança e a satisfação dos turistas, considerando inclusive, a obrigatoriedade de informação clara e transparente sobre as condições, as características e preços dos serviços disponibilizados. De certa forma, a maior facilidade no acesso à actividade passa a ser compensada, na óptica dos interesses dos consumidores, por novos deveres nomeadamente ao nível da informação.

Neste sector do turismo, a prática da BTT faz parte das actividades oferecidas por muitas das empresas licenciadas para a animação turística, sendo possível encontrar a sua oferta em todo o território nacional, quer para clientes mais experientes quer para experiênciação. O sector encontra-se, no entanto, num patamar onde é necessário repensar a oferta desta actividade, acrescentando mais valor aos seus produtos, caso se pretenda chegar a mercados emissores mais atractivos do que

o nacional, como é o caso da Europa e Canadá e destacar-se de outros produtos oferecidos por entidades associativas, vistas por alguns empresários da área como concorrência desleal.

3.4 BTT e natureza

Desde o seu aparecimento, há cerca de 30 anos, que a prática da BTT não pára de crescer levando a uma natural preocupação sobre os impactos que esta actividade pode ter sobre o meio ambiente. É importante perceber e entender que qualquer actividade, de lazer, turística ou competitiva, que use o meio natural para se desenvolver, traz sempre algum grau de impacto e mudança ao local. No entanto, é necessário ponderar, por um lado, os impactos negativos que estas actividades possam causar, e por outro, os impactos positivos, nomeadamente em termos de educação ambiental, valorização do património, vantagens e melhorias que trazem para as comunidades envolvidas, entre outras.

A verdade é que existem poucos estudos que quantifiquem efectivamente os impactos ambientais causados pelas actividades realizadas em trilhos. Sabe-se que a BTT, tal como qualquer outra actividade, que utilize trilhos e caminhos de terra, contribui para alguma degradação do meio ambiente apesar da sua contribuição para isso ser muitas vezes mal entendida (Marion & Wimpey, 2007), não só por ser uma actividade recente mas também porque se tende a reflectir em toda a actividade os resultados de acções pontuais, nomeadamente as referentes a grandes eventos e encontros competitivos da área.

No trabalho sobre “Desporto de Natureza: Impactes Ambientais e suas Minimização” (Sousa & Jacinto, 2003), os autores referem vários estudos onde se mencionam algumas consequências provocadas pelo desgaste e pisoteio dos solos, sendo este um dos efeitos causados pela BTT. No entanto, a questão que se deve colocar é se os impactos negativos causados pela BTT, ou por qualquer outra actividade, como a caminhada, o montanhismo, o hipismo, a pesca, a caça, etc., são aceitáveis tendo em conta os benefícios que daí advêm e a continuidade dos recursos, e se não será possível realizar uma melhor gestão da sua prática de forma a minimizar os ditos impactos.

Poucos estudos têm sido realizados no sentido de perceber esta questão mas os que têm sido feitos não suportam a ideia de que a BTT seja uma actividade que cause mais danos do que qualquer outra, o que têm demonstrado é que todas as formas de actividades na natureza causam algum impacto (Sprung, 2007).

Os impactos mais comuns causados pela utilização de trilhos em meio natural tem a ver com:

- Degradação da vegetação;

- Compactação e erosão do solo;
- Degradação da qualidade da água;
- Perturbação da fauna.

Marion & Wimpey (2007) destacam um conjunto de estudos realizados relativamente a estas quatro categorias e que mostram que o impacto causado pela BTT é equivalente ao do montanhismo, sendo ainda menor do que o do hipismo ou dos desportos motorizados. Os autores citam ainda alguns estudos onde os impactos da BTT são mesmo apresentados como inferiores aos do montanhismo e do hipismo, tanto a nível da compactação e erosão do solo como dos distúrbios causados na vida selvagem (Marion & Olive, 2006, Papouchis, et al., 2001, Spahr, 1990, Wilson & Seney, 1994, cit. por Marino & Wimpey, 2007).

Os estudos existentes, apesar de poucos e de se reconhecer que existem particularidades inerentes a cada espaço, não apoiam a ideia de proibição da prática desta actividade numa óptica de protecção ambiental. Parece óbvio, de qualquer forma, que sendo esta uma actividade a desenvolver em espaço natural e sempre com algum impacto inerente, que deve ser supervisionada, ou seja, em vez de se proibir devem-se desenvolver práticas de sensibilização ambiental de forma a tornar esses impactos mais controlados, fazer uma manutenção cuidadas dos trilhos e caminhos e, sempre que possível, fazer passar os trilhos por zonas menos críticas em questões ambientais (definitiva ou periodicamente).

3.5 Casos de estudo: BTT como âncora de destinos turísticos

Tudo indica que a BTT é um actividade em contínuo crescimento, principalmente na Europa e América do Norte, e que os seus praticantes procuram sempre novos destinos para o praticar. Esta nova procura no Turismo veio trazer novas oportunidades de mercado para alguns países, que também vêem neste turismo alternativo uma forma de diversificarem a sua oferta, inovando e desenvolvendo novos nichos de mercado. Em seguida, apresenta-se sucintamente, o que se está a fazer nesta área numa província do Canadá (British Columbia), em dois países da Europa: Montenegro e País de Gales, e em Portugal, nas Aldeias do Xisto.

Apresentar o exemplo de British Columbia é apresentar um dos destinos mais procurados a nível mundial para praticar BTT. A importância da utilização desta actividade como produto turístico está presente a vários níveis da sociedade desde as comunidades às entidades públicas e clubes. O trabalho que tem vindo a ser desenvolvido nesta província, como não podia deixar de ser, é um dos exemplos para onde devemos olhar caso pretendamos investir na BTT como forma de turismo alternativo e sustentável.

A opção pelos outros dois exemplos estrangeiros, quando existem muitos outros e de maiores dimensões, principalmente nos EUA e Canadá, teve a ver com o facto de se tratarem de regiões da Europa, em países com dimensão inferior a Portugal, e que a certa altura perceberam a importância de investir num turismo alternativo e aceitaram o desafio de fazer da BTT a sua nova âncora como destino turístico.

No caso de Montenegro podemos mesmo encontrar algumas características idênticas às de Portugal, nomeadamente a existência de caminhos e aldeias históricas, riqueza cultural, tratar-se de um país em que a procura turística é essencialmente à base do sol e mar, a necessidade de ter uma alternativa ao turismo de sol e mar já massificado na costa e a necessidade de revitalizar a vários níveis territórios de montanha menos procurados pelo turismo.

O País de Gales, embora já utilizasse o cicloturismo como produto turístico, acaba por reconhecer na BTT o meio de revitalizar as comunidades rurais. Este é o exemplo de um território que apesar de não ter condições climáticas tão boas como as de Portugal para a prática desta modalidade, nem quaisquer caminhos adequados para a BTT, decide investir nesta área, embora isso implique um trabalho de raiz bastante elevado, nomeadamente na criação de trilhos adequados à actividade.

Valorizando também o que de bom se faz no nosso país, fica ainda o registo do projecto que se tem vindo a desenvolver nas Aldeias do Xisto, naquilo que se pode considerar um exemplo precursor em Portugal, de uma região como destino para a prática da BTT.

3.5.1 British Columbia (BC) – BTT como forma de turismo sustentável e de qualidade

British Columbia (BC) é uma das províncias do Canadá, localiza-se no seu extremo oeste e é banhada pelo Oceano Pacífico. A capital da província é Victoria embora a maior cidade seja Vancouver. BC faz fronteira com o estado americano de Alasca a noroeste, com os territórios canadenses de Yukon e os Territórios do Noroeste ao norte, com a província canadense de Alberta a leste, e com os estados americanos de Washington, Idaho e Montana ao sul. Tem uma área de aproximadamente 944.735 km² e o seu litoral tem 25.725 km de extensão.

BC é conhecida pelas suas belezas naturais, contando com território de praia e de montanha e é a província do Canadá com maior número de parques e reservas naturais. As suas características naturais atraem milhões de turistas anualmente ao território, fazendo do turismo um dos principais sectores da economia da região.



Figura 2 – Mapa do Canadá (Fonte: Lonelyplanet, 2009a)

No início dos anos noventa começaram a aparecer projectos para a criação de percursos para a BTT por toda a província e o progresso tecnológico das bicicletas de montanha veio também permitir aos praticantes uma melhoria nas suas capacidades, permitindo chegar a maiores desafios e territórios mais difíceis. Muito do trabalho inicial partiu do esforço de amantes pela modalidade e embora fossem construtores de percursos amadores, foi esse esforço que fez a diferença e que colocou BC como uma referência mundial para a prática da modalidade.

BC é conhecida mundialmente como o “berço” do *Freeride* e pelos seus trilhos técnicos e desafiantes. Com excelentes vistas de montanha e uma forte cultura de BTT, esta província tornou-se um ícone da BTT, aparecendo muitas vezes em filmes e revistas da especialidade e publicitários em todo o mundo.

Praticamente todas as localidades de BC têm os seus percursos para a BTT e são apreciados pelas comunidades locais (Columbia, 2008). Muitos dos municípios fazem investimentos nos seus próprios produtos embora exista uma verdadeira indústria de marketing e promoção focada em apresentar BC como destino para a BTT. Ainda que seja abundante a oferta de percursos, algumas unidades hoteleiras optam por contratar equipas permanentes que ajudem a construir novos percursos e a manter os existentes, garantindo uma oferta de qualidade aos seus clientes (Koepke, 2005).

Existem nesta província vários projectos que fazem da BTT o produto turístico âncora, desde iniciativas municipais a outras resultantes de associações e parcerias entre várias entidades. Exemplo disso é a Bike Parks BC, fundada em 2005, e que resulta de uma parceria entre os resorts top de BC com o Tourism British Columbia e a Western Canada Mountain Bike Tourism Association (MBTA).

Esta parceria destaca-se pelos serviços de qualidade oferecidos pelos associados e especialmente destinados aos praticantes de BTT, tem o controlo e a coordenação da MBTA e tem como principal

objectivo transmitir uma imagem de excelente qualidade dos locais onde se pratica a BTT em BC. Cada associado disponibiliza um conjunto de serviços, entre alojamento e serviços associados (programas de ligação, elevadores de alta velocidade, guias profissionais, etc.) garantindo ao praticante uma estadia de qualidade (BikeParksBC, 2009).

Pelo seu lado, a MBTA é uma organização sem fins lucrativos empenhada em fazer da prática da BTT uma forma de turismo sustentável e uma experiência segura para os turistas, em todo o Canadá Ocidental. A MBTA trabalha colaborativamente em rede com um conjunto de entidades, desde clubes, comunidades locais, entidades governamentais, unidades hoteleiras, entre outras. Esta associação acredita que, para o Canadá Ocidental ser reconhecido mundialmente como um destino com uma oferta abundante de percursos para a BTT assentes em turismo sustentável, tem que estar suportado por comunidades entusiastas e por operadores que ofereçam serviços da alta qualidade (MBTA, 2009).

3.5.2 Montenegro – Desenvolvimento turístico de um país como destino para a BTT

Montenegro é o estado independente mais novo do mundo, reconhecido pela ONU desde Junho de 2006, situado nos Balcãs, no sul do Adriático, é considerada uma das regiões mais preservadas da Europa. O contraste das montanhas com o mar mediterrânico, os lagos, costa recortada, os parques naturais, e muitas cidades antigas e aldeias rústicas fazem deste país um lugar impar, repleto de riquezas culturais e naturais.



Figura 3 – Mapa de Montenegro (Fonte: Lonelyplanet, 2009b)

Montenegro faz fronteira com a Croácia a sudoeste, com a Bósnia e Herzegovina a noroeste, com a Sérvia a nordeste e com a Albânia a sudeste. Tem uma área de aproximadamente 14.000 km², 670.000 habitantes e a capital e maior cidade de Montenegro é Podgorica. Este país tem cerca de 300 km de costa, dos quais 73 km são praias. O seu ponto mais elevado, o Bobotov Kuk, conta com

2.523 metros e o seu rio mais importante, o Tara, tem uma garganta profunda e longa de aproximadamente 100 km. Este país conta ainda com diversos locais classificados pela UNESCO como tesouros do mundo.

Devido à sua localização geográfica e às suas características climáticas e de linha de costa, Montenegro tem sido visto essencialmente como um destino turístico de sol, praia e mar, tanto a nível do turismo interno como do receptor (*Inbound Tourism*).

Embora a economia de Montenegro tenha registado um franco crescimento na última década, esse crescimento e a criação de postos de trabalho na região norte e noroeste não acompanhou o desenvolvimento das regiões mais a sul. Os principais sectores económicos do país são a agricultura, a floresta e o turismo, mas é este último, aquele que, num prazo mais imediato, pode criar maior número de postos de trabalho (CHFInternational & Weidemenn Associates, 2007).

De acordo com as entidades intervenientes no projecto de tornar o Montenegro um destino para a BTT e tendo como ponto de vista o turismo sustentável, as actividades de turismo de natureza, ecoturismo e turismo cultural, enquadram-se bem nos objectivos de preservação ambiental e cultural e ao mesmo tempo, de atrair turistas. É, no entanto, importante fazer do turismo uma fonte de rendimento mais estável nas regiões geralmente menos procuradas, sendo para isso necessário desenvolver serviços e infra-estruturas adequadas, pois a oferta existente é muito limitada, não havendo sequer caminhos assinalados para a prática desta actividade e os existentes encontram-se em muito mau estado de marcação e de manutenção.

Apesar da pouca oferta existente para a BTT, Pavicevic e Hyvärinen apresentaram no “7th Congress for Cycle Tourism” na EUROBIKE em 2008, algumas das vantagens de Montenegro para a sua prática e que fizeram com que este tipo de actividade constasse no plano estratégico de desenvolvimento turístico para o país, nomeadamente:

- Ser um país pequeno (cerca de duas vezes a Suíça);
- Apresentar baixa densidade populacional;
- Ter condições climáticas que permitem praticar BTT ao longo de todo o ano;
- Ser possível percorrer vários quilómetros em segurança e acima dos 1.000 metros de altitude;
- Ter caminhos históricos, estradas militares e caminhos de pastoreio;
- Dispor de quatro Parques Naturais.

Para o Montenegro, a BTT ajuda ainda a atingir alguns dos objectivos delineados para o turismo tais como: a diversificação da oferta turística, a redução da sazonalidade, potenciar o desenvolvimento sustentável e a integração das regiões mais aptas para a modalidade, que no caso deste país também são as menos visitadas pelos turistas, como destinos turísticos do país. Pretende-se de forma geral, aproveitar o que normalmente é visto como dificuldades do território – a

montanha – como uma vantagem competitiva.

Este projecto continua em desenvolvimento, já com planos e objectivos definidos até 2010, entre os quais:

- Envolvimento das várias entidades intervenientes em todo o processo: organizações turísticas, associações de ciclismo, parques nacionais, empresários do turismo, organizações internacionais, etc.;
- Identificar e seleccionar uma rede nacional de trilhos de aproximadamente 3.000 quilómetros para BTT;
- Uniformizar a sinalética de informação;
- Regulamentar as licenças de guias;
- Criar o “Bed & Bike” dentro das classificações dos alojamentos;
- Construção de abrigos para o mau tempo e locais para fornecimento de água;
- Construção de abrigos de montanha com pequenos bares;
- Desenvolvimento de pequenos negócios como os produtos regionais;
- “Eco Lodges”: alojamento dentro dos parques naturais;
- Alojamentos de qualidade: “Wild Beauty Resorts”;
- “Fun trips” para operadores turísticos e jornalistas;
- Divulgação de material promocional: livros, brochuras, mapas, e-marketing, etc.;
- Lançamento da marca “Wilderness Biking” com mapa e livro associado (Pavicevic & Hyvärinen, 2008).

3.5.3 País de Gales – Trilhos construídos de raiz

O País de Gales é um dos territórios que integram o Reino Unido mas actualmente, possui um parlamento autónomo em relação à coroa britânica. Faz fronteira com a Inglaterra a leste, com o canal de Bristol a sul, e com o mar da Irlanda a norte e oeste. O País de Gales tem uma área de aproximadamente 20.780 km² e uma população de 2,98 milhões de habitantes. Os principais centros urbanos são Cardiff que é a capital, Swansea, Newport ao sul e Wrexham ao norte.

País de Gales é um território com grande diversidade geográfica, possuindo uma linha de costa muito recortada o que lhe dá um aspecto bastante agressivo, mas ao mesmo tempo torna-o muito

atractivo. A região do Snowdonia National Park é a mais montanhosa e também onde se situa o pico mais alto, o Snowdon, com 1.085 metros de altitude.



Figura 4 – Mapa do País de Gales (Fonte: Lonelyplanet, 2009c)

Em meados dos anos 90, a economia nas áreas rurais registava vários problemas e apesar do território já experimentar algum sucesso no cicloturismo, não existiam na região caminhos e trilhos adequados para a BTT. Com o apoio de um antigo atleta de BTT, que reconheceu a importância dos trilhos para esta actividade e a ajuda de um grupo de voluntários, foram construídos os primeiros três trilhos destinados especificamente para esta actividade. A partir daí começaram a chegar os praticantes e à medida que o seu número aumentou a entidade gestora de florestas (Forestry Commission) começou a perceber que a BTT é o meio ideal para atingirem os objectivos de revitalizar as comunidades rurais, de incentivar e assegurar o turismo nestas regiões e de valorizar as zonas florestais (Koepke, 2005).

O projecto do País de Gales para a BTT foi iniciado combinando investimentos públicos e privados. Compreendendo todo a região foram construídos sete centros base (MTB Base) destinados a esta actividade e compreendendo vários tipos de trilhos para as várias modalidades e com diferentes níveis de dificuldade, tendo cada uma destas bases/áreas características muito próprias e um conjunto de *facilities* essenciais a quem faz esta actividade – alojamento, restauração, lojas de bicicletas – disponíveis na vizinhança. Foram construídos ainda centros de BTT (Purpose Built Centre) onde os praticantes têm ao dispor cafetarias, serviço de aluguer de bicicletas, chuveiros, etc..

O País de Gales aposta ainda em eventos de grande dimensão, como por exemplo o TransWales em BTT que é feito desde 2006 e compreende 7 dias de BTT, realizando aproximadamente 550 Km e 16.500 m de desnível no total e que em 2008 contou com a participação de mais de 300 atletas de 18 países (MTB, 2009).

3.5.4 BTT na Rede das Aldeias do Xisto – Os primeiros centros de BTT em Portugal

A Rede das Aldeias do Xisto é um projecto que assenta essencialmente no desenvolvimento sustentável, é liderado pela Agência para o Desenvolvimento Turístico das Aldeias do Xisto (ADXTUR) e é desenvolvido em colaboração com 16 municípios e cerca de 70 entidades privadas. Este projecto visa a promoção turística, criando riqueza através da oferta de serviços turísticos em conjugação com a preservação da cultura e paisagens, a dinamização das artes e dos ofícios tradicionais, do património e dos produtos locais característicos das aldeias que integram a rede (Ramos, 2009). A rede é constituída por 24 aldeias espalhadas pelo Pinhal Interior Norte e Sul no centro de Portugal, com dez delas situadas na Serra da Lousã.

Este projecto tem características muito exclusivas com ligação ao património cultural, social e arquitectónico da região, proporcionando a oferta de diversos serviços turísticos a nível da hotelaria, gastronomia, cultura, natureza, artesanato, actividades de turismo na natureza, entre outras, tendo sempre em vista o fornecimento de serviços e produtos de qualidade aos visitantes mas também o bem-estar e a qualidade de vida das populações locais. Apesar de toda a estratégia se alicerçar no aproveitamento turístico, a grande meta é a melhoria das condições de vida das populações residentes, criando emprego e qualificando os recursos humanos de forma a permitir o surgimento de uma nova base económica (ADXTUR, 2008b).

Tendo como ponto de partida o já existente na região, desde as potencialidades naturais (rios, floresta, serra) até à cultura, às histórias tradicionais e aos saberes milenares, criaram-se produtos e serviços que se destacam pela qualidade e profissionalismo. Através de uma marca única o território promove os seus valores distintivos oferecendo produtos e serviços turísticos dos parceiros através de um calendário de eventos, estando alguns deles a fazer parte de pacotes turísticos integrados que juntam ofertas de vários parceiros.

No mercado português, as Aldeias do Xisto já deram origem a um aumento no número de visitantes na região e a maior captação de investimento privado. São hoje novos pólos de atracção turística e servem de suporte a uma nova base económica no território. Por outro lado, as aldeias beneficiaram também de um projecto de requalificação que lhes permitiu conseguir também potencial humano.

Integrado na oferta turística da rede estão os Centros de BTT das Aldeias de Xisto, os primeiros do género no nosso país. Estes centros são infra-estruturas fixas, constituídas por uma rede de trilhos para a prática de BTT e têm ainda locais de acolhimento dotados de equipamentos dedicados exclusivamente aos praticantes de BTT de lazer. Estes locais de acolhimento estão equipados com zonas destinadas a estacionamento, balneários, estação de serviço própria para bicicletas com lavagem, ar e mini-oficina em regime de self-service.

Os Centros oferecem trilhos variados que permitem a prática de diversas modalidades como o Cross Country, Downhill ou Freeride. Os percursos estão sinalizados de forma uniformizada e a classificação em níveis de dificuldade está coerente com outras adoptadas internacionalmente, com quatro níveis de dificuldade (verde, azul, vermelho e preto) permitindo assim a sua utilização por vários tipos de utilizadores, desde os que pretendem iniciar-se até aos mais exigentes (ADXTUR, 2008a).

3.6 BTT em números

Embora se reconheça que a BTT é uma actividade potencialmente geradora de benefícios económicos, é importante demonstrá-lo com base em números a fim de melhor encorajar o investimento em infra-estruturas.

No entanto, na pesquisa efectuada verificou-se alguma dificuldade na obtenção de dados estatísticos referentes especificamente à prática de BTT e da sua contribuição para a actividade turística, ou porque não lhe é dada grande importância como produto turístico, ou simplesmente porque essa importância é tão recente que ainda não foi possível reunir dados suficientes, como é o caso dos Centros de BTT das Aldeias de Xisto, que foram colocados à disposição dos praticantes desde o Verão de 2009 e que até à data da redacção desta dissertação ainda não era possível ter números sobre os seus utilizadores, contribuição económica ou outros dados estatísticos.

Relativamente a Portugal é possível, no entanto, aferir o estado do mercado de venda de bicicletas. De acordo com dados da “BIKE Europe” (Bike-Europe, 2009) e, apesar de se verificar um ligeiro abrandamento no mercado das bicicletas em Portugal em 2009, resultado da conjuntura económica, ainda assim tem-se verificando uma subida no consumo destes bens (tabela 2).

Tabela 2 - O mercado das bicicletas em Portugal (Fonte: Bike-Europe, 2009)

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009*
Produção Interna	580.000	690.000	1.200.000	1.200.000	900.000	1.500.000	998.000
Importação	81.000	70.000	65.000	70.000	133.000	168.000	170.000
Exportação	370.000	530.000	980.000	980.000	700.000	n.d.	760.000
Consumo	295.000	270.000	290.000	300.000	330.000	n.d.	400.000

Valores em unidades n.d. Dados não disponíveis * Valores estimados.

Embora se possa constatar um aumento no consumo de bicicletas, e daí deduzir um aumento no interesse e na procura por este tipo de modalidades, fica por saber que percentagem destas unidades se refere a BTT's ou a outros modelos, e ainda a que tipo de praticantes se destinam.

Em 2006 a MBTA desenvolveu um estudo piloto - "Sea to sky Mountain Biking Economic Impact Study" - com o objectivo de medir o impacto económico da BTT em três comunidades de uma região de British Colúmbia. No conjunto das comunidades escolhidas, este estudo veio demonstrar que a rede de trilhos na região atraía um número significativo de visitantes gerando um total de 9,3 milhões de dólares em novas actividades económicas e 194 postos de trabalho, no período entre 4 de Junho e 17 de Setembro de 2006 (MBTA, 2006).

Também no País de Gales, um estudo efectuado entre 2003 e 2004 ajudou a perceber a importância económica da BTT no turismo e na economia local. Este estudo realizado em cinco dos seus centros de BTT, estimou o impacto económico desta actividade no País de Gales em cerca de 3,3 milhões de libras (Koepke, 2005).

O projecto escocês "7stanes" (uma parceria de sete centros de BTT no sul da Escócia) já ajudou a criar o equivalente a 205 postos de trabalho em *full-time* e o seu número de visitantes externos aumentou em 60% desde 2004, cifrando-se em cerca de 400.000. Em 2007 os seus visitantes gastaram mais de 9 milhões de libras no "7stanes" e o tempo de permanência média na região aumentou (EKOS, 2007). Este é um projecto ainda em fase de implementação mas já com provas do impacto positivo na economia da região e do país.

3.7 Síntese

Embora com reduzida dimensão, a animação turística é um sector que pode tomar um papel de elevada importância no desenvolvimento de uma região por se tratar de um serviço complementar que pode diferenciar um destino relativamente a outro. Nesta perspectiva, e com potencial como produto deste tipo de empresas, a BTT apresenta-se como uma actividade com possibilidades de ser aproveitada para o turismo de lazer, cumprindo o seu “papel” como forma de turismo alternativo e na natureza, traduzindo-se num meio ideal para cumprir os objectivos de reanimar comunidades, assegurar a afluência turística a regiões menos procuradas e com forte sazonalidade e melhorar as condições de vida das populações, de preferência, alicerçada em projectos de desenvolvimento sustentável.

Nos projectos apresentados, independentemente da sua localização, é coerente a importância dada ao turismo de forma geral, ao seu desenvolvimento em parâmetros de sustentabilidade e ao facto da BTT ser uma modalidade transversal aos vários objectivos delineados para os locais em questão e a sua expansão, uma forma de os atingir, transformando locais que inicialmente apresentavam limitações em novos destinos turísticos, com lugar nas listas de procura dos novos turistas.

Embora a informação disponível relativa ao impacto económico e ao efeito multiplicador desta actividade seja escassa, os estudos elaborados apontam importantes vantagens económicas do desenvolvimento de projectos com base na BTT, em regiões que pretendem diversificar a sua oferta e aumentar o seu número de visitantes.

4 O TERRITÓRIO: SERRA DA ESTRELA

4.1 Introdução

Neste capítulo será feita uma apresentação do território de aplicação, ou seja, a região da Serra da Estrela, com destaque para as potencialidades naturais do mesmo. A caracterização deste território será realizada numa perspectiva geográfica, com a análise da oferta turística e das potencialidades para o turismo. Será ainda apresentada uma breve descrição da actividade turística da região.

Posteriormente é apresentado o conjunto mais relevante de agentes do território com um papel crucial na sua gestão, terminando com uma análise SWOT das potencialidades turísticas do território.

4.2 Justificação da selecção do território

A opção pela região da Serra da Estrela passa essencialmente por se tratar de um território de montanha que, como é característico das regiões de montanha, oferece uma panóplia diversificada de recursos com elevada importância para a actividade turística. Como território de montanha que é, possui características muito especiais em termos naturais, nomeadamente grande beleza de paisagens, diversidade biológica, certo grau de isolamento e autenticidade natural e cultural, potenciando a prática de diversas actividades, que inseridas numa óptica de desenvolvimento sustentável, podem perfeitamente constituir produtos turísticos procurados pelo novo turista (Borges & Lima, 2006).

Cunha (2003) destaca a oportunidade emergente para a Serra da Estrela se desenvolver turisticamente devido ao surgimento dos novos tipos de turismo e pelas suas características únicas de um território de montanha. O autor destaca ainda que o desenvolvimento do território nesta área deve ser feito pela qualidade, diversificação e sofisticação dos produtos, pois só assim se poderá criar uma base segura para entrar no mercado externo (Cunha, 2003) e assegurar uma procura permanente e continuada a nível do mercado interno.

Tendo em conta as suas potencialidades, este território continua ainda a ser um destino subaproveitado, nomeadamente no segmento de turismo na natureza e de montanha. A Serra da Estrela esteve sempre muito dependente da sua identificação com a neve e quase todas as entidades com responsabilidade na Serra sempre pensaram neste produto, claramente sazonal (Carvalho,

2006). No entanto, o PETUR² aponta para a importância do desenvolvimento de vários outros produtos turísticos, entre eles o turismo na natureza, noutras vertentes além da neve.

Também numa estratégia nacional, este tipo de turismo define-se como um turismo de importância estratégica a desenvolver num futuro próximo e o território Serra da Estrela é destacado como sendo um dos pólos turísticos a criar, pois dadas as características da região é potenciador de desenvolvimento turístico no mercado nacional e internacional (MEI, 2006).

De forma geral, a opção por este território tem essencialmente a ver com as suas amplas potencialidades para o desenvolvimento de um projecto de turismo na natureza, assente em modelos de desenvolvimento sustentado mas também, com os desafios que encerra a proposta para este local.

4.3 O território

A delimitação da Serra da Estrela é tarefa difícil, pois se por um lado existem delimitações resultantes de definições estatísticas e legais, por outro existe o reconhecimento de uma região com características naturais, humanas e culturais que a identificam e diferenciam do restante território.

De acordo com a Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas (NUT)³, corresponde à sub-região estatística portuguesa, o NUT de nível III designado de Serra da Estrela que faz parte da Região Centro (NUT II) e do Distrito da Guarda. Esta NUT faz fronteira a norte com o Dão-Lafões, a leste com a Beira Interior Norte, a sul com a Cova da Beira e a oeste com o Pinhal Interior Norte, englobando uma área de aproximadamente 872 km² e compreendendo três concelhos: Fornos de Algodres, Gouveia e Seia (figura 5).

² Plano Estratégico para o desenvolvimento do turismo na Serra da Estrela.

³ Nomenclatura Comum das Unidades Territoriais Estatísticas ou NUTS é uma divisão administrativa correspondente às sub-regiões estatísticas do território dos Estados-Membros da União Europeia. Os NUTS apresentam três níveis: I, II e III.

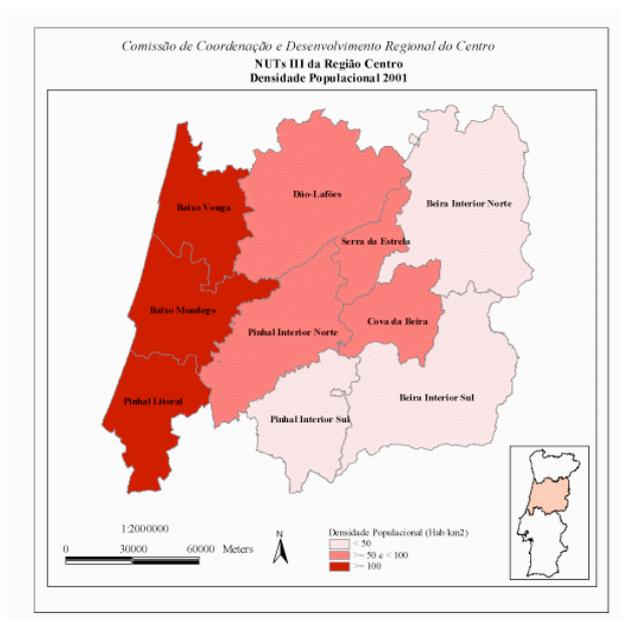


Figura 5 – Localização da NUT “Serra da Estrela” (Fonte: CCDRC, 2005)

Se por sua vez, considerarmos o território integrante no pólo de desenvolvimento turístico⁴ “Serra da Estrela” definido de acordo com o anexo ao Decreto-Lei nº67/2008 de 10 de Abril, além da NUT da Serra da Estrela, são incluídas ainda as NUTs da Beira Interior Norte e da Cova da Beira, que incluem municípios caracteristicamente da serra, como o caso de Manteigas e Covilhã, entre outros (tabela 3).

Tabela 3 – Municípios do pólo de desenvolvimento turístico da Serra da Estrela

Pólo de Desenvolvimento Turístico da Serra da Estrela			
Unidades Territoriais	Serra da Estrela	Fornos de Algodres, Gouveia e Seia	Municípios
	Beira Interior Norte	Almeida, Celorico da Beira, Figueira de Castelo Rodrigo, Guarda, Manteigas, Meda, Pinhel, Sabugal e Trancoso.	
	Cova da Beira	Belmonte, Covilhã e Fundão	

⁴ Zonas territoriais definidas no PENT e que pelos seus conteúdos distintivos justificam a sua criação para o desenvolvimento do mercado nacional e internacional, permitindo diversificar a oferta turística em especial através da implementação de modelos de desenvolvimento sustentado.

Contudo, neste trabalho, ao referirmos o território Serra da Estrela fazemo-lo com referência à NUT III Serra da Estrela, mas alargada à grande área envolvente ao maciço central da Serra e que inclui também os principais centro urbanos como Covilhã e Manteigas, que fornecem ao território uma identidade diferenciada, ou seja, além da distinta área montanhosa, incluímos também as “abas” da Serra, denominação que “as gentes de Seia e de Gouveia empregam para designar a transição da Serra para a terra-chã” (Simões, 1979). De forma geral, trata-se de uma abrangência superior mas muito próxima à linha de delimitação do Parque Natural da Serra da Estrela (figura 6).



Figura 6 – Mapa do PNSE (Fonte: ICNB, 2005b)

4.4 Caracterização geográfica

A Serra da Estrela está localizada na região centro de Portugal e tal como as serras de Guadarrama, Gredos e Gata, em Espanha, faz parte da Cordilheira Central da Península Ibérica, que em conjunto com as serras do Açor e da Lousã forma o extremo ocidental desta cordilheira, de orientação WSW-ENE, com cerca de 500 km de extensão e 40 km de largura (Daveau, 1969, cit. por Vieira, 2004).

Esta cordilheira, conjunto de montanhas lusitano-castelhano, penetra em Portugal entre o Sabugal e Penamacor servindo de divisória às águas que escorrem para os rios Douro e Tejo. Este conjunto

apresenta-se separado pelo vale profundo do Zêzere com duas linhas de serras: a norte, a Estrela, Açor e Lousã, e a sul a Gardunha e o Cabeço Rainha (Ribeiro, 1995).

Neste grupo de serras, a Estrela é a que mais se destaca, quer pela sua massa, quer pela altitude. Estende-se da Guarda à Lousã ao longo de aproximadamente 115 km, com largura média de 25 km (Daveau, 1969, cit. por Vieira, 2004), configurando a mais importante montanha do Continente com uma altitude máxima de 1.993 m, sendo este também o ponto mais elevado de Portugal Continental. Essencialmente constituída por planaltos alongados que tomam a direcção SW-NE, encontramos as altitudes mais elevadas da serra a sudoeste, no Planalto da Torre, e estas vão diminuindo gradualmente para nordeste até à Guarda onde a montanha se funde aos planaltos da Beira Transmontana.

Em termos geológicos, na Serra da Estrela podemos encontrar dois conjuntos distintos de rochas – os granitos e os xistos. Esta serra é composta principalmente por uma extensa camada granítica com afloramentos xistosos câmbricos e pré-câmbricos, com registos de piçarras, granitos e xistos da era primária (Marques, 1995). A zona com xistos, vinda de SW, termina junto da linha Seia-Tortozendo, tem como formação uma média montanha com altitudes que raramente ultrapassam os 1.100 metros e composta por numerosos vales encaixados e muitas linhas de água. Quando os xistos terminam começam os granitos criando zonas de contacto de grande interesse litológico. A zona propriamente dita de “Serra da Estrela” é constituída por granitos que se elevam de forma íngreme atingindo o cume em formas suaves, na Torre, a partir da qual desce para NE através de uma sucessão de planaltos acabando na planície Transmontana, a cerca de 900 metros (Ribeiro, Lautensach, & Daveau, 1995).

As maiores “saliências” graníticas no coração da serra são os Cântaros Magro, Gordo e Raso, mas por todo o território é possível encontrar enormes blocos de granito que devido à erosão da neve e do vento hoje têm as formas que a imaginação permite, desde a “Cabeça do índio”, ao “Braço do Viriato”, podem-se encontrar verdadeiras obras de arte da natureza.

A acção dos glaciares a que o território foi sujeito durante a época Quaternária, deixou marcas bem visíveis após o seu desaparecimento tais como os vales em U, covões e moreias, blocos erráticos, rochas polidas e várias lagoas de origem glaciária. A morfologia glaciária é evidente na forma de alguns vales como o de Loriga, o da Candeeira ou o do Zêzere, sendo este último um excelente exemplo do resultado da erosão entre a montanha e a massa de gelo glaciária (Ribeiro, 1995).

A relativa proximidade deste maciço ao oceano (100 quilómetros), conjugada com a altitude e orientação do relevo, atribuem-lhe uma grande diversidade climática, com a temperatura e a precipitação grandemente influenciadas pelo clima Temperado Mediterrânico, pela proximidade ao Atlântico e a influência do interior da Península Ibérica, reflectindo-se de forma directa no coberto

vegetal e até nas diferentes formas de utilizar o território (Barbosa & Correia, 1998).

Da sua morfologia e das variadas condições de clima resultam cinco grandes tipos de paisagens: o planalto central, os picos e algumas cristas que se estendem a partir destes, os planaltos a menor altitude, as encostas e os vales percorridos pelas linhas de água. As características tão únicas do território e o isolamento de algumas áreas, nomeadamente o planalto central, levaram à ocorrência de um mosaico de habitats e à existência de uma diversidade de espécies de flora e fauna de extremo valor.

A vegetação acompanha a altitude, a natureza do solo, a exposição do terreno, as variações climáticas sendo que, de acordo com as suas características tão distintas e com a distribuição no terreno, é possível reparti-la por três grandes andares – andar basal, andar intermédio e andar superior - associados tanto à altitude, como às influências climáticas:

- Andar basal (até aos 800-900m): Com acentuada influência mediterrânica, este é o lugar da prática da actividade agrícola e com grande aproveitamento cultural e florestal por parte das populações, o que levou ao quase desaparecimento da vegetação natural, no entanto, é possível ainda encontrar alguns vestígios desta nos azinhais e nas comunidades de azereiro. Algumas dos campos foram progressivamente abandonadas sendo hoje ocupados por mato, onde se encontram os giestais e urzais, para além de uma grande variedade de espécies associadas. No aproveitamento agrícola destaca-se a cultura de milho, vinha e oliveira, e a nível florestal o aproveitamento é essencialmente com base no pinheiro-bravo (*Pinus pinaster*), que atinge, em vários locais, o andar intermédio. O castanheiro (*Castanea vulgaris*) ocupa grandes áreas chegando a atingir a zona dos 1.000m;

- Andar intermédio (até aos 1.600m): Neste andar predomina a influência mista mediterrânica e atlântica e no qual domina o carvalho-negral (*Quercus pyrenaica*). Os carvalhais eram as formações vegetais que cobriam as encostas intermédias da serra, no entanto, devido à pressão humana, actualmente apenas restam alguns vestígios. Além dos carvalhais, os principais tipos de vegetação natural e seminatural que se podem ainda encontrar são os castinçais e vários tipos de matos essencialmente onde o coberto arbóreo se apresenta degradado. Destes matos destacam-se os giestais de gisteira-brava (*Cytisus multiflorus*), onde se encontra o rosmaninho (*Lavandula stoechas ssp. sampaioana*), os urgeirais (*Erica australis ssp. aragonensis*), associados ao zimbro (*Juniperus communis ssp. alpina*) e os piornais de *Genista florida ssp. polygaliphylla* (piorno-dos-tintureiros), associado à gisteira-das-serras (*Cytisus striatus*). Neste andar é possível encontrar ainda bosques de pinheiros (a exploração silvícola por excelência) para produção de madeira e resinas, uma vez que o pinheiro tem um crescimento rápido e suporta diversas condições climáticas;

- Andar superior (acima dos 1.600m): Apesar de aparentemente desprovida de vegetação aos olhares menos treinados, esta é a área onde se encontra a vegetação mais rica e interessante da serra e onde aparece a maioria dos endemismos, alguns raros e em risco de extinção. Aqui a vegetação encontra-se entre os rochedos, nos covões e nos vales e nos solos de turfa que acolhem várias associações de espécies vegetais, que também servem de alimento ao gado nos meses mais quentes. Neste andar destacam-se o zimbro (*Juniperus communis ssp. alpina*) e os cervuniais (cervum⁵ *Nardus stricta* L.). Admite-se que no passado o pinheiro-silvestre (*Pinus sylvestris*), o videeiro (*Betula pubescens*) e o teixo (*Taxus baccata*) tenham ocupado esta zona da Serra, no entanto, devido à desflorestação, incêndios e, possivelmente também pelas alterações climáticas posteriores, esta área hoje encontra-se totalmente desprovida do coberto arbóreo primitivo (ICNB, 2006a, 2006b; Silva & Teles, 1999).

A Serra da Estrela destaca-se no país como o principal território de montanha, no qual se encontra maior representação de espécies de flora, associadas a territórios de montanha em altitude. Paralelamente ao património ambiental, a região apresenta também uma enorme riqueza cultural, com um vasto património histórico, arquitectónico e arqueológico.

Por outro lado, também a fauna da Serra é composta por grande diversidade de espécies com elevado número de avifauna, dos quais 61 espécies são alvo de medidas de protecção, assim como ainda herpetofauna (anfíbios e répteis) e ictiofauna (ICNB, 2006b).

A região tem grande abundância de água destacando-se inúmeras lagoas e charcas naturais e cursos de água que, devido à sua boa conservação, são de grande importância para a lontra (*Lutra lutra*), para a toupeira-de-água (*Galemys pyrenaicus*), para o lagarto-de-água (*Lacerta schreiberi*) e para a salamandra lusitânica (*Chioglossa lusitanica*). O planalto central, com cota acima dos 1.500 metros, é o único habitat no país da lagartixa-da-montanha (*Lacerta monticola*), espécie endémica da Península Ibérica e classificada como ameaçada (CCDRC, 2006).

Regra geral a fauna é de difícil observação mas, esporadicamente, é possível avistar a águia-de-asa-redonda (*Buteo buteo*), o gavião (*Accipiter nisus*), o javali (*Sus scrofa*), a geneta (*Geneta geneta*), a raposa (*Vulpes vulpes*), o fuinha (*Martes foina*), o texugo (*Meles meles*), o tartaranhão-caçador (*Circus pygargus*) e coelhos (*Oryctolagus cuniculus*). Quanto aos lobos (*Canis lúpus*) embora subsistam ainda alguns exemplares, são muito difíceis de observar, ficando-se pelo imaginário dos visitantes e lembrados nas coleiras de bicos que muitos cães ‘Serra da Estrela’ ainda usam hoje no pastoreio dos rebanhos e que reflecte o passado das lutas entre ambos (Cândido & Petrucci-Fonseca, 2000; ICNB, 2006a; Pena & Cabral, 1989).

⁵ O cervum é um relvado de erva dura que consegue viver sob a neve e sob o gelo e ainda resistir ao calor do Verão.

Em termos de paisagem, a da Serra é grandemente condicionada pela intervenção humana e pelos elementos geo-climáticos. Um dos elementos de maior impacto visual é sem dúvida o seu relevo acidentado onde facilmente se passa de 500 a 1.900 metros de altitude. Dos atributos paisagísticos devem salientar-se os associados à sua história geológica e características de origem glaciária, a variedade de formas, texturas e cores associadas à diversidade de vegetação, aos mosaicos culturais nas zonas mais baixas associados às aldeias e campos de cultivo, e a enorme abundância de água nas suas diversas formas (gelo, neve, lagoas, charcas naturais e cursos de água).

A sua extraordinária componente natural, geológica, o valor paisagístico e uma característica economia de montanha com uma população rural de hábitos e cultura local a acautelar e promover, justificaram em 1976 a classificação da Serra da Estrela como Parque Natural, através do Decreto-Lei nº557/76⁶ de 16 de Julho, numa área de cerca de 100.000 ha, englobando toda a zona de montanha e distribuindo-se por seis concelhos: Manteigas e parte dos concelhos de Celorico da Beira, Guarda, Covilhã, Seia e Gouveia (DL557/76, 1976).

4.5 Potencialidades e recursos turísticos

4.5.1 Potencialidades do território

A história da Serra da Estrela e inclusive a sua ocupação humana, gira em torno da longa tradição silvo-pastoril da região pois, muito embora a criação de gado ovino e caprino já não tenha a importância de outrora, as tradições e as práticas ainda lhe são profundamente associadas. Desde as indústrias de lanifícios, ao queijo da serra, passando pelos cães e pelo artesanato, tudo tem ligação a esta prática ancestral da qual ainda é possível encontrar vestígios. A lã das ovelhas deu origem a uma indústria centenária e que chega aos nossos dias nas memórias conservadas do Museu dos Lanifícios, na Covilhã.

Após o declínio dos têxteis, a região da Serra da Estrela começou a apostar nos serviços e no turismo apresentando grande expansão na actividade comercial e hoteleira em quase todos os concelhos (Santos, 2005) e tendo como uma das suas maiores potencialidades o facto de se tratar da mais importante serra portuguesa.

Estamos desde logo perante um espaço natural e humanizado com características óptimas para a prática de actividades na natureza, nomeadamente em montanha, com a possibilidade de serem

⁶ Alterado em 1979 pelo Decreto-Lei nº167/79 de 4 de Julho e reclassificado em 1997 pelo Decreto Regulamentar nº50/97 de 20 de Novembro.

complementadas com a componente cultural. Distribuído de forma diferente pelos vários concelhos existe um conjunto alargado de património natural, ambiental e paisagístico, construído e monumental, etnográfico e cultural, que distingue este território. Como forma de mostrar a diversidade de recursos existentes na região, no PETUR (2006) foi realizado um levantamento dos vários recursos turísticos possíveis de encontrar e que são sintetizados na tabela 4.

Tabela 4 – Predominância dos recursos turísticos por concelho (Fonte: PETUR, 2006)

	Agniar da Beira	Belmonte	Covilhã	Celorico da Beira	Fornos de Algodres	Gouveia	Guarda	Manteigas	Seja	Oliveira do Hospital
Património natural, ambiental e paisagístico										
Lugares	*	-	-	*	-	*	-	**	*	***
Paisagens	**	*	***	**	*	***	***	***	**	***
Valores naturais	**	-	*	*	-	***	***	***	**	*
Conjuntos	**	*	***	*	-	*	**	*	***	***
Património construído e monumental										
Valores arquitectónicos	***	***	***	**	*	***	***	*	**	***
Valores arqueológicos	***	-	-	**	***	***	***	***	*	***
Valores urbanísticos	**	**	-	***	-	**	**	-	-	**
Património etnológico e Cultural										
Feiras	**	**	*	*	-	*	*	*	*	*
Festas e Romarias	***	*	-	-	**	**	*	*	**	**
Gastronomia	***	**	***	**	***	**	*	***	***	***
Artesanato	*	***	***	**	**	-	***	-	***	***

Legenda	Grau de predominância
*	Reduzido
**	Médio
***	Elevado
-	Não identificado

Relativamente ao património cultural há que destacar ainda o património histórico-cultural onde se encontram sítios que são documentos vivos da longa história da presença do Homem na Serra. De salientar também as feiras, festas, romarias e artesanato variado muitas vezes ligado à ancestral actividade de pastorícia. A gastronomia e os produtos alimentares são também potenciadores das visitas à Serra, quer pela sua genuidade quer pela diversidade, nomeadamente os pratos de caça, de borrego, o queijo da serra e o requeijão, o pão de centeio, o mel, as aguardentes e os enchidos, entre outros.

A classificação da região de montanha como Parque Natural e do planalto central da Serra como Reserva Biogenética pelo Concelho da Europa, vieram trazer mais-valias também ao território pois foram uma forma de reconhecer publicamente o valor e a diversidade de património natural e cultural existente.

Dentro do património natural há que salientar o geológico e o micológico, que aparecem como formas de turismo emergente, e para os quais o território tem grandes potencialidades.

4.5.2 Oferta turística

De acordo com PETUR (2006) e considerando a grande área de influência da Serra da Estrela (de Viseu a Castelo Branco), a região apresenta uma capacidade máxima de cerca de 7.300 lugares, tendo em conta os vários tipos de alojamento, desde parques de campismo a pousadas, e na zona de altitude de 332 camas. Embora a oferta de alojamento não seja abundante o que se passa é que a taxa de ocupação ainda assim é muito baixa rondando os 30%. De notar, no entanto, que aqui não se encontram incluídos os alojamentos particulares, dos quais não se sabe o número certo nem os seus parâmetros de qualidade. Este tipo de oferta carece ainda de uma maior diversificação na tipologia visando chegar a vários tipos de procura no território (MEI, 2006).

Por outro lado, os estabelecimentos de restauração rondam os 450, mas mais de metade estão em dois concelhos – Covilhã e Guarda – provavelmente por se tratarem das duas principais cidades e contarem com importante actividade universitária. De acordo com o estudo acima mencionado, seria positivo a existência de maior número de restaurantes e de melhor qualidade, nomeadamente com a especialização em cozinha regional.

Relativamente a postos de informação turística, todos os concelhos têm pelo menos um, no entanto, os seus horários de funcionamento não estão adaptados às épocas e aos turistas, encerrando por vezes em dias ou alturas de maior afluência turística.

Em Seia existe ainda o Centro de Interpretação da Serra da Estrela (CISE) que está vocacionado para a promoção do conhecimento e divulgação do património ambiental da serra, tendo como principais objectivos promover actividades de interpretação da natureza, apoiar a investigação e fomentar o turismo de natureza (CISE, 2009).

O CISE conta também com um Sistema de Realidade Virtual da Serra da Estrela (SRV-SE) que está disponível em quiosques multimédia e que permite navegar pela Serra da Estrela, explorando conteúdos, assentes na construção de modelos tridimensionais de Portugal, da Serra da Estrela e de sítios de interesse da Serra. Este é um exemplo inovador e pioneiro, da utilização das novas tecnologias de informação aplicadas ao turismo (SIQuant, 2009).

O estudo anteriormente mencionado analisou ainda as agências de viagens da região e identificou 17, embora alguns concelhos não tenham nenhuma. No entanto, os seus serviços destinam-se essencialmente a vender pacotes e viagens para fora da região. Já no que se refere às empresas de